

UFRRJ

INSTITUTO DE AGRONOMIA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA**

DISSERTAÇÃO

**APROPRIAÇÃO E USOS DO UNIFORME ESCOLAR POR JOVENS DO ENSINO
MÉDIO DO COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO**

LUANDA DOS SANTOS ALVES

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

**APROPRIAÇÃO E USOS DO UNIFORME ESCOLAR POR JOVENS DO ENSINO
MÉDIO DO COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO**

LUANDA DOS SANTOS ALVES

Sob a Orientação da Professora

SuemyYukizaki

E Coorientação da Professora

Monica Aparecida Del Rio Benevenuto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências** no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração Educação e Sociedade.

Seropédica, RJ

Janeiro de 2016

371.8
A474a
T

Alves, Luanda dos Santos, 1982-
Apropriação e usos do uniforme escolar
por jovens do ensino médio do Colégio
Técnico da Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro / Luanda dos Santos Alves. -
2016.
78 f.: il.

Orientador: Suemy Yukizaki.
Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de
Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2016.
Bibliografia: f. 69-72.

1. Estudantes do ensino médio - Teses.
2. Uniformes escolares - Aspectos sociais
- Teses. 3. Identidade social - Teses. 4.
Colégio Técnico da Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro - Teses. I.
Yukizaki, Suemy, 1952- II. Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de
Pós-Graduação em Educação Agrícola. III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

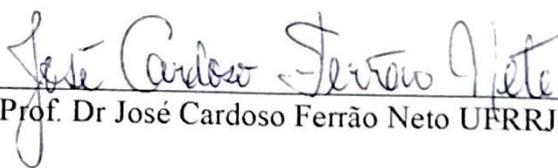
LUANDA DOS SANTOS ALVES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

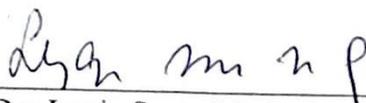
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 15/03/2016.



Profª. Dra Suemy Yukizaki UFRRJ



Prof. Dr José Cardoso Ferrão Neto UFRRJ



Profª. Dra Lygia Santa Maria Ayres UFF

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família:

David, Miguel e Guilherme.

“Paz e harmonia: eis a verdadeira riqueza de uma família”

(Benjamin Franklin)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, incessantemente a Ele, por estar sempre comigo, colocando as pessoas certas para facilitar a minha caminhada.

A minha orientadora Suemy que, para minha surpresa, se mostrou uma pessoa excepcional, além de o primordial, uma orientadora com todos os predicados necessários para o melhor desempenho desta função.

A minha atual chefe, Monica, a qual me acompanha desde a graduação, em monitoria e trabalhos acadêmicos, por mais uma vez – e desta mais especial – fazer-se presente no meu crescimento acadêmico.

Aos servidores do CTUR que possibilitaram e estiveram de prontidão para o melhor desenvolvimento desta pesquisa.

Aos alunos pesquisados, em especial àqueles que se envolveram com a pesquisa de modo a contribuírem mais do que o esperado – Flávia e Arlon.

A minha ex chefe, ex professora, madrinha, Edilene, que sempre me incentivou e tanto me ajudou nas trajetórias de seleções para mestrado.

A minha mãe, por ser sempre exemplo de força, dedicação e determinação.

Ao meu grande amor, amigo, parceiro, meu marido David, por me apoiar e auxiliar nos momentos difíceis desta caminhada. Eu te amo e quero te amar sempre!

Aos meus filhos, pontos chave de minha atual dedicação e amor incondicional pela vida. Os quais, talvez, mais sofreram com minhas ausências e tensões. Que com cada sorriso e carinho me dão o gás necessário para seguir em frente e feliz!

A minha irmã e amiga fiel, Carol. Parte crucial de mim. Somos muito diferentes, mas não sei viver sem seu apoio e amor sufocante.

A minha amiga Zane, que trilhou comigo este caminho, e mais uma vez se mostrou solícita e fiel.

Ao amigo Marquinho que em meio a sua sisudez está sempre de prontidão para ajudar aos que necessitam.

Aos amigos do mestrado, em especial ao Marcius, que se apresentou como um amigo verdadeiro, o qual quero preservar para toda vida.

A amiga de trabalho Débora. Que acredita em meu trabalho e torce para que tudo dê certo. Espero que agora tenhamos tempo pra nos aproximar mais.

Ao corpo de professores do PPGEA pelos ensinamentos, em especial e em memória, a querida professora Sandra Sanches, que se foi num momento que tanto precisamos dela, mas que deixou além de conteúdo acadêmico uma lição de vida, de compaixão para conosco da turma 2013-2.

Aos funcionários do PPGEA, em especial à Marize e à Kelly que sempre estiveram de prontidão para auxiliar e resolver questões burocráticas e afins (risos).

Aos colegas de serviço do ICHS e ICSA que de diversas maneiras contribuíram para a conclusão deste trabalho.

A todos os amigos e parentes que eu possa ter esquecido, mas que fazem parte de minha caminhada e certamente de alguma forma cooperaram para o êxito desta trajetória.

Obrigada a todos!!!!

RESUMO

ALVES, Luanda dos Santos. **Apropriação e usos do uniforme escolar por jovens do Ensino Médio do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**, 2016. 94p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2016.

A pesquisa aqui apresentada trata de um estudo de caso a respeito da apropriação e usos do uniforme escolar por alunos do 3º ano do ensino médio do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR). Os objetivos foram: compreender a roupa e o uniforme escolar como meios de comunicação entre os jovens, identificar as concepções estudantis sobre a função do uniforme escolar do CTUR, assim como as práticas de alteração do uniforme realizadas pelos estudantes. Sob uma abordagem qualiquantitativa, utilizamos diversas fontes de pesquisa: legislação brasileira, documentos oficiais do CTUR, entrevistas semiestruturadas com servidores e alunos, observação não participante e registro fotográfico. Através das fotografias e falas dos entrevistados, e baseada nos documentos oficiais que tratam do uniforme escolar do Colégio, apresentamos e discutimos os termos utilizados pelos pesquisados. Os alunos mostraram-se conhecedores das funções primárias do uniforme escolar, além de apontarem vantagens e desvantagens no seu uso – discussão bastante atual em redes sociais e sites especializados em educação. Atribuíram ao uniforme as funções de segurança, identificação, disciplina, e não diferenciação das classes sociais. Como pontos positivos do uso do uniforme apontaram a economia e a praticidade; e como pontos negativos o pouco destaque à individualidade e a possibilidade de estereotipar o aluno. Apresentaram-se orgulhosos por poderem vestir o uniforme de um Colégio Federal, mas, ainda assim, mostraram determinados predicados juvenis – que os levam a um comportamento transgressor, necessitando burlar normas para construir (e afirmar) suas próprias identidades – se apropriando e transformando o uniforme, seja customizando-o, seja alterando-o para proporcionar conforto, seja compondo-o com acessórios. Assim, as práticas de uso como alterações de cortes de manga e de gola da camisa com a justificativa de proporcionar conforto foram as mais significativas. Juntamente a elas, as marcas identitárias ficaram muito ligadas à moda, tais como: uso de chinelo e sandália – mesmo com a proibição expressa; bermuda mais curta e de cores e materiais não permitidos; calças compridas de cores, estampas e materiais também variados, confrontando com o que é permitido pelo Colégio; acessórios diversos como bonés, brincos, cordões, casacos e outros elementos – pulseira de couro, faixas e turbantes, *piercing*, unhas e bocas pintadas – característicos de grupos específicos – *rock*, *hippie*, rastafári, movimento de consciência negra, homoafetivo. Observamos que, apesar de existirem regras, a fiscalização por parte do Colégio não é realizada de forma muito acirrada, deixando espaço para que os alunos se apresentem enquanto jovens em formação de suas identidades, nos possibilitando concluir que o uniforme escolar – e os elementos a ele acoplados – constituem meio de comunicação específico entre os jovens estudantes do CTUR. Mas que nesta comunicação também se torna importante para os alunos a sua identificação como tais, apresentando um *status* de pertencimento desejável pelos mesmos.

Palavras-chave: Escola, uniforme escolar, identidades juvenis.

ABSTRACT

ALVES, Luanda dos Santos. **Appropriation and use of school uniform by young people at Technical High School of Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**, 2016. 94p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2016.

The research presented here is a case study concerning the appropriation and uses of the school uniform for the 3rd students of Technical High School of Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR). The main goals were: understanding the clothes and school uniform as a way of communication among young people, identify the students conceptions about the role of school uniform CTUR, as well as the uniform changes made by students. From a qualitative-quantitative approach, we use many sources for the research: Brazilian legislation, official CTUR documents, semi-structured interviews with employees and students, non-participant observation and photographic records. Through photographs and the interviews, and based on official documents regarding the school uniform of the institution, we present and discuss the terms used by the interviewees. Students proved to be aware of the primary functions of the school uniform, and also pointed out advantages and disadvantages in their use - quite current discussion on social networks and websites specialized in education. They attributed to uniform safety functions, identification, discipline, and no differentiation of social classes. As positive points of the uniform use indicated economy and practicality; and as negatives little emphasis on individuality and the possibility of stereotyping students. They presented themselves proud to be able to wear the uniform of a Federal College, but still showed some youth predicates - that lead to a transgressive behavior, needing bypass rules to build (and state) their own identities - appropriating and transforming uniform, is customizing it, either by changing it to provide comfort, is writing it with accessories. Thus, the use of practices such as changes sleeve cuts and shirt collar on the grounds of comfort were the most significant. Along with them, the identity marks were closely linked to fashion, such as: use of slipper and sandal - despite the express prohibition; shorter shorts and colors and materials not allowed; trousers of colors, patterns and materials also varied, confronted with what is permitted by the College; various accessories such as caps, earrings, necklaces, jackets and other items - leather bracelet, banners and turbans, piercing, nails and painted mouths - characteristic of specific groups - rock, hippie, rasta, movement of black consciousness and homoaffective. We note that, although there are rules to control by the School, that is not performed in a very tough way, leaving room for students to present themselves as young people in shaping their identities, enabling us to conclude that the school uniform - and the elements he engaged - are specific means of communication between young students CTUR. But that in this communication also becomes important for students to be identified as such, with a membership status desired by them.

Keywords: School, school uniform, youth identities.

LISTAS DE ABREVIACÕES

CTUR	Colégio Técnico da Universidade Rural;
DAP	Chefe da Divisão de Assuntos Pedagógicos;
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
PV	Poliéster e Viscose;
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1	Argumentos favoráveis e desfavoráveis quanto ao uso do uniforme escola	31
-----------------	--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Uniformes Escolares apresentadas pelo FNDE – Agasalho e Tênis.	30
Figura 2	Uniformes Escolares apresentadas pelo FNDE – Camisetas, Calça e Bonés.	30
Figura 3	Pórtico de entrada do CTUR atualmente.	39
Figura 4	Fachada atual do Prédio Principal do CTUR.	39
Figura 5	Ponto de ônibus do CTUR, sentido Campo Grande, local de grande concentração de alunos.	41
Figura 6	Alunos em sala de aula teórica uniformizados.	42
Figura 7	Alunos em aula prática de laboratório.	42
Figura 8	Alunos em aula prática de campo.	42
Figura 9	Área da cantina do CTUR, espaço de convívio entre os alunos.	42
Figura 10	Espaço de convívio entre os alunos situado atrás do Prédio Principal.	42
Figura 11	Cartaz informativo sobre os uniformes adotados para cada atividade acadêmica do CTUR.	48
Figura 12	Camisa <i>T-shirt</i> em malha PV, gola careca e detalhe da manga com acabamento em poliéster, destinada, preferencialmente, para uso diário.	48
Figura 13	Camisa Pólo, em malha <i>piquet</i> , gola e acabamento da manga em poliéster, destinada preferencialmente a aulas teórica.	48
Figura 14	Camisa em malha PV, sem manga, destinada preferencialmente para aulas de educação física e de campo.	48
Figura 15	A não-padronização do uniforme escolar: calças compridas e calçados de estilo variados, além de elementos como chapéu e casaco.	50
Figura 16	Aluna usando colete e com óculos escuros, compondo um estilo próprio.	50
Figura 17	Alunas usando calça preta e jeans claro desbotado e rasgado, além do casaco que não é estabelecido pelo CTUR, mas que também permite distinção.	50
Figura 18	Grupo de alunos em lanchonete usando o uniforme escolar.	56
Figura 19	Alunas em aula laboratorial – notório o uso de adereços: anel e cordão.	57
Figura 20	Aluno uniformizado fazendo uso de adereço: boné.	57
Figura 21	Cartaz exposto na porta do Prédio Principal referente à proibição do uso de sandálias.	58

Figura 22	Cartaz exposto na porta do Prédio Principal referente à proibição do uso de sandálias.	58
Figura 23	Aluna uniformizada fazendo uso de sandália.	58
Figura 24	Aluna ao centro uniformizada fazendo uso de chinelo.	58
Figura 25	Aluna com cabelos coloridos de rosa, roxo e azul.	59
Figura 26	Aluna com corte diferenciado de cabelo – desenhado na nuca e comprido no topo da cabeça.	59
Figura 27	Aluno uniformizado usando batom e turbante.	59
Figura 28	Alunas usando pulseira de couro (rosa); cordão com pingente de âncora (símbolo de esperança, fidelidade); tornozeleira tribal; sandália, chinelo e tênis colorido.	59
Figura 29	Alunos usando faixas de cabelo, piercing e cordão com pingente vinculado a grupos <i>hippies</i> simbolizando paz (Cruz de Nero).	60
Figura 30	Aluno uniformizado com unhas pintadas de vermelho e camisa cortada (manga e gola).	60
Figura 31	Alunas do 3º ano exibindo as camisetas de formandos elaboradas pela e para turma de Meio Ambiente.	62
Figura 32	Alunos da turma 36 em fotografia informal de formandos, exibindo a camiseta elaborada pela turma.	62
Figura 33	Aluna que retirou a gola careca, decotando a camiseta. Usa bermuda nos joelhos, conforme a norma, porém rasgada.	64
Figura 34	Aluna da direita exibindo uniforme com gola e mangas cortadas.	64
Figura 35	Faixa de entrada da Feira Grátis da Gratidão no CTUR.	65
Figura 36	Oficina de stencil desenvolvida na Feira Grátis da Gratidão.	65
Figura 37	Alunas exibindo o resultado da customização de suas camisetas na oficina de stencil da Feira Grátis da Gratidão.	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: O PANO DE FUNDO TEORICO	3
1.2 Tecendo o Cenário Atual: Juventudes e Escola	6
1.2.2 Costurando as Juventudes	6
1.2.3 A Escola modelando os corpos	12
1.3 Os Elementos Visuais da Estampa: a Roupa e o Uniforme Escolar	18
1.3.2 A roupa como sistema de comunicação	18
1.3.3 Breve histórico do uniforme escolar no Brasil	24
CAPÍTULO II: MODELANDO A PESQUISA	34
2.1. Recuperando a discussão metodológica	37
2.2. O Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	39
2.3. Recorte temporal e público-alvo da pesquisa	40
2.4. Os espaços da pesquisa e os momentos de coleta de dados	41
CAPÍTULO III: COSTURANDO A PESQUISA DE CAMPO	44
3.1. Perfil dos alunos	47
3.2. Composição e funções do uniforme escolar no CTUR	47
3.3. Representações sobre o uso do uniforme escolar no CTUR	52
3.3.1. Adequação do uniforme	52
3.3.2. Customização e incorporação de acessórios ao uniforme	57
ADORNO FINAL	67
REFERÊNCIAS	69
ANEXOS	73

INTRODUÇÃO

Estudiosos como Foucault (1989), Guimarães (2003) e Dayrell (2007) nos levam a compreender que inúmeras instituições – dentre elas a escola – se constituíram como instituições disciplinares.

Neste contexto, o uniforme escolar se estabeleceu enquanto vestuário normatizado por várias escolas para fins específicos: para imposição de disciplina, para segurança e identificação, para economia, praticidade, divulgação da instituição, dentre outros.

No entanto, pesquisas que enfocam o uniforme são escassas e nem sempre se propõem discutir as estratégias de apropriação e usos do uniforme escolar pelos alunos.

Essa dissertação se propõe ampliar os estudos a respeito da temática, buscando entender como jovens alunos se apropriam do uniforme escolar e dele fazem uso, a par de suas funções manifestas.

A investigação foi realizada, sob a forma de um estudo de caso, no Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR), localizado em Seropédica, na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

O público-alvo da pesquisa foi jovens alunos do 3º ano do nível médio (dos cursos técnicos integrados em Agroecologia e Meio Ambiente), cujas concepções sobre a função do uniforme escolar e sua adequação foram explicitadas. Buscamos, também, mostrar as práticas mais expressivas de alteração do uniforme em um contexto em que as identidades juvenis são afirmadas por essas mesmas práticas.

Mais especificamente, o estudo sobre o uso do uniforme pelos alunos do CTUR quis mostrar o significado social daquele vestuário, seu simbolismo, e desvelar ações e relações que, a partir das vivências dos jovens, os levam a deixar marcas identitárias no uniforme.

Do ponto de vista profissional este tema vem ao encontro do meu interesse, uma vez que sou graduada em Economia Doméstica, e estou trabalhando no setor da técnica de produção do vestuário daquele curso nesta Universidade.

Também a opção pelo CTUR se deu pelo fato deste colégio ter sido parte da minha trajetória de formação (entre 1997 e 1999), o que permitiu resgatar minhas memórias de aluna e lembrar os paradigmas construídos sobre o uniforme escolar.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos.

O primeiro, chamado de “O pano de fundo teórico”, apresenta estudos que dão o aporte teórico à pesquisa. Este capítulo foi subdividido em dois itens. O primeiro item relaciona os significados do termo “juventude”, assumindo sua múltipla conceituação; e evidencia a escola como uma instituição disciplinar. O segundo item aborda as funções primárias da roupa e o processo de comunicação que a engloba, apresentando, ainda, uma breve história do uniforme escolar no Brasil.

O segundo capítulo, intitulado “Modelando a pesquisa”, foi subdividido em quatro itens destinados a situar o leitor no estudo de caso. Em primeiro lugar, justifica-o metodologicamente, para em seguida apresentar o CTUR, informar o período e o público-alvo da pesquisa, e a situação específica em que esta foi realizada.

O terceiro capítulo, intitulado “Costurando a pesquisa de campo”, foi subdividido em três itens. O primeiro traz o perfil dos alunos entrevistados; o segundo, a composição do uniforme escolar adotado pelo CTUR; e o terceiro as representações juvenis sobre o uso do uniforme escolar. Este terceiro subitem investiga a adequação do uniforme e mostra as

práticas de alteração realizadas pelos alunos, evidenciando a busca e a afirmação de suas identidades.

O quarto e último capítulo, intitulado “Adorno Final” recompõe sinteticamente, à guisa de conclusão, algumas análises que foram feitas ao longo do texto.

CAPÍTULO I

O PANO DE FUNDO TEÓRICO

RESUMO

Neste Capítulo buscamos desenvolver um referencial teórico que orientasse e embasasse a pesquisa de campo. Para tanto, assumimos a perspectiva de que a juventude não é única, mas múltipla, no sentido de que múltiplos fatores devem ser agregados para a sua concepção. Assumimos, ainda, a perspectiva de que a escola é uma instituição social e política disciplinar modeladora de corpos. E delineamos os elementos balizadores de nossa pesquisa, a roupa e o uniforme escolar, enquanto meios de comunicação e, principalmente, de comunicação entre os jovens.

ABSTRACT

In this chapter we seek to develop a theoretical framework that guides it and underpins the fieldwork. To this end, we take the view that youth is not one, but multiple, in the sense that multiple factors must be added to the design. We assume also the prospect that the school is a social and political institution shaping disciplinary bodies. And the benchmarks outlined elements of our research, clothing and school uniform, as a means of communication and, on top of all, communication between young people.

1.1. Tecendo o Cenário Atual: Juventudes e Escola

1.1.1. Costurando as juventudes

A relação entre juventude e escola tem sido objeto de atenção em vários estudos, que acabam evidenciando muitas vezes, segundo Dayrell (2007), o fracasso da instituição escolar. Os problemas levantados têm sido vastos, dependendo do ponto de vista do analista. Dayrell (2007, p. 1106) aponta que:

para a escola e seus profissionais, o problema situa-se na juventude, no seu pretenso individualismo de caráter hedonista e irresponsável, (...) que estaria gerando um desinteresse pela educação escolar. Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescentam à sua formação, tornando-se cada vez mais uma “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas.

O autor afirma que as tensões e os desafios presentes na relação entre juventude e escola que encontramos atualmente são reflexo das inúmeras transformações ocorridas “na sociedade ocidental, afetando diretamente as instituições e os processos de socialização das novas gerações, interferindo na produção social dos indivíduos, nos seus tempos e espaços” (DAYRELL, 2007, p. 1106 e 1007).

Diante desse contexto, é imprescindível caracterizarmos as juventudes atuais, seus modos de serem jovens diante das transformações ocorridas nos processos de socialização e na escola.

As definições sobre juventude são bastante abrangentes. A Lei nº 12.852, de agosto de 2013, que instituiu o Estatuto da Juventude, considera em seu § 1º “jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”. No entanto, o documento “Políticas públicas de/para/com as juventudes” da UNESCO (2004, p. 23) vai além dessa definição meramente etária definindo a juventude como o:

período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e, durante o qual se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero.

Nesta vertente, a juventude passa a ser entendida como múltipla, à medida que:

segundo diversas circunstâncias particulares, identifica-se, como jovens, um conjunto de pessoas de idades variáveis que não pode ser tratado com começo e fim rígidos. A partir de enfoques biológicos e psicológicos, a juventude estaria definida como o período que vai desde o momento em que se atinge a maturidade fisiológica até a maturidade social. Mas, nem todas as pessoas de uma mesma idade percorrem esse período vital da mesma forma, nem atingem tal meta ao mesmo tempo, daí que a partir da sociologia e da ciência política se insiste na necessidade de se incorporarem outras dimensões de análise. A juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias. Esse é um dos embasamentos para a utilização do termo juventudes no plural. Contudo não se apela para uma visão fragmentada por tipos de jovens, e se ressalta que há elementos comuns a todos os jovens (UNESCO, 2004, p.25).

É esse entendimento de juventudes que assumimos.

Também Benevenuto (2003) aponta autores que refletem e sinalizam para a substituição do termo “juventude” para “juventudes” (NOVAES, 1997) ou “grupos de jovens” (ALVIM, 2000), de modo a compreender esta fase de vida “como uma categoria socialmente construída (BORDIEU, 1983), portanto, relativizada no tempo e no espaço”. (BENEVENUTO, 2003, p.53)

Corroborando com Benevenuto (2003), Esteves e Abramovay (2007) afirmam que a realidade social apoia a existência de grupos juvenis que formam um conjunto heterogêneo, com distintos ensejos, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. A partir disto, definem juventudes como uma construção social, ou seja, definida e gerada por múltiplas formas como os jovens são vistos, conjugando estereótipos, períodos históricos, variadas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo.

No entanto, nem sempre a juventude foi percebida como tal, tendo um passado de desmerecimento, como bem aponta Kehl (2004) ao citar uma crônica de Néelson Rodrigues, onde observa que o Brasil em 1920 era uma paisagem de velhos, não restando aos mais moços nem função nem destino. Esteves e Abramovay (2007) sustentam a observação, afirmando que neste período homens e mulheres só eram valorizados quando entravam na fase de vida dita produtivo-reprodutiva, quando se tornavam efetivamente adultos. Com isso, os jovens buscavam parecer mais velhos, mostrando respeito, seriedade e ostentando posturas e hábitos geralmente agregados às pessoas maduras – bigodes, roupas escuras, serenidade e solenidade.

Contraposto a esse período onde os jovens não tinham uma definição enquanto sujeito social, Feixa (2006) diz que os mesmos passaram a ser percebidos no cenário público apenas entre o final do século XIX e início do século XX, na transição para uma sociedade industrial, com o estabelecimento de um nicho de mercado consumidor demandado por esses “novos indivíduos”, ou seja, os jovens. Contribuiu para esse fenômeno a universalização dos meios de comunicação e a mudança gradativa de uma moral conservadora para uma moral de consumo (FEIXA, 2006). Essa pode ser considerada a principal característica para a constituição do jovem atual, o qual foi e é constantemente remodelado por si e pela sociedade, através dos conflitos vivenciados, das determinações e conquistas da sua individualidade.

Assim, de acordo com Soares e Miranda (2009), o jovem constitui “uma identidade” provisória, mutável, em decorrência das experiências que correspondem a seus hábitos. A formação dos sujeitos se constitui, então, a partir das experiências sociais singulares, sejam na família, escola, rua, no próprio corpo.

Nessa direção, ainda tendo como referência os autores supracitados, podemos assegurar que não há uma essência juvenil. Entretanto, encontramos características similares em juventudes de um mesmo período e contexto social, já que se encontram expostas a experiências próximas.

De acordo com Catani e Gilioli (2008), somente a partir de meados do século XX é que as juventudes se posicionam de forma mais consistente perante a sociedade, passando de despercebida a percebida como grupo social distinto, quando temas como educação, delinquência e trabalho ganham destaque associados a este grupo. Segundo Minayo et al (1999, p.12) para compreender esse grupo é necessário:

recorrer à forma como expressam seus comportamentos, gostos, opções de vida, esperanças e desesperanças. [Sendo que] As condições econômicas, políticas e sociais determinam características peculiares para se entenderem não só os comportamentos individuais, mas, especialmente, os processos sociais em que os jovens estão envolvidos. A história, a tradição e a cultura contribuem para a expressão de seus valores.

Retomando a afirmação de Feixa (2006), que aponta o jovem atrelado ao consumo, podemos relacioná-la às ideias expressas por Minayo, na medida em que tais valores, opções de vida, esperanças, desesperanças, gostos podem ser expressos e comunicados pelos jovens através do uso que fazem da vestimenta, como consumo de moda: mais precisamente, os jovens expressam suas subjetividades através do vestuário e seus complementos.

Pautados nos estudos de Guattari, podemos definir subjetividade como tudo que favorece a produção de algo, um modo de existir, de se relacionar com o mundo.

Delleuze e Guattari se baseiam na noção de rizoma para definir como ocorre a produção de subjetividades. Distanciam-se da “imagem dogmática do pensamento” derivada de uma graduação contínua de divisões estáveis para uma concepção de produção contínua de si, ou seja, que traz como características a multiplicidade, sem sujeito nem objeto, não possuindo estrutura fixa de produção. Para tanto, definem rizoma como um “mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e mídias, com suas linhas de fuga” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 32). É assim que a juventude, tal como qualquer ser humano em outras fases, vai se constituindo e produzindo subjetividades.

Diante desse entendimento, o conhecimento da trajetória das juventudes é interessante para essa pesquisa para entendermos como esses indivíduos se constituíram tal como se apresentam hoje. Desta forma retomamos Catani e Gilioli (2008), para quem é somente a partir dos anos de 1950 que a juventude assume uma dimensão social mais consistente, sendo notada como uma fase turbulenta e perturbadora, “como um momento em si patológico, demandando cuidados e atenção concentrados de adultos para ‘pastorear’ os jovens para um lugar seguro, para uma integração normal e sadia à sociedade” (ABRAMO, 1997, p. 30). No entanto, Carmo (2001, p. 20) sustenta que neste período “havia muito mais malandragem do que delinquência ou violência gratuita”. Naquela época, surgiu um gênero musical, que, segundo Carmo (2001, p. 31), seduzindo os jovens de todo o mundo, conseguiu se tornar “o agente de uma radical transformação no modo de se vestir, pensar e agir” – o *rock*.

Nos anos 60 e parte dos 70, segundo Abramo (1997), o problema da juventude brasileira esteve pautado em movimentos estudantis, de aversão aos regimes autoritários e demais formas de dominação. Segundo Carmo (2001), primeiramente com a “Jovem Guarda”, versão brasileira da rebeldia do *rock*, com a música “Quero que vá tudo pro inferno”; seguido pelos movimentos *hippie* e pacifistas. Naquele momento, a juventude brasileira buscava liberdade de pensamento, tentando modificar o comportamento social e a relação entre as pessoas. Abramo (1997, p. 172) identifica que:

visualmente, ninguém queria mais parecer “careta” e isto transformou a indumentária radicalmente. A moda jovem era específica e quebrou de vez sua dependência com a ditada pelos adultos. Aliás, o mais interessante mesmo era não seguir a moda: cada um se vestia à sua maneira, tinha o seu jeitão, pois o grande desejo da juventude era romper com o institucionalizado. (...) Outra grande novidade dos anos 60 foi a moda unissex, com o jeans, a camiseta e o blusão de couro.

Como vemos, a juventude brasileira subvertia a ordem instituída nos planos políticos, cultural e moral, através de ações que buscavam a transformação social. Carmo (2001) aponta que esta subversão atingia bastante as aulas, que eram deixadas em segundo plano para se assistir filmes nos cinemas; sendo este o principal lugar para se divertir e namorar.

Nesse período a “Jovem Guarda” ditava moda e empreendia um *marketing* com a venda de objetos como bolsas, calças e chaveiros estampados com símbolos do movimento (CARMO, 2001).

Abramo (1997) destaca que é a partir deste período que a juventude torna-se mais visível no Brasil, notando-se jovens estudantes de classe média engajados em partidos políticos de esquerda, atuando contra o regime autoritário, assim como em movimentos culturais que questionavam os padrões de comportamentos – sexuais, morais, de consumo e propriedade.

Desse modo, a imagem da juventude dos anos 60 como uma geração idealista, generosa, criativa, sonhadora e comprometida com a transformação social deu origem a um modelo ideal de juventude, “transformando a rebeldia, o idealismo, a inovação e a utopia como características essenciais dessa categoria etária” (ABRAMO, 1997, p.31).

Contrapondo-se a esta imagem revolucionária da juventude estabelecida nos anos 60 e 70, nos anos de 1980 os jovens se posicionaram de modo mais apático, individualista, consumista e sem grandes mobilizações políticas, recebendo, então, o *slogan* de “Geração Coca-Cola” (BENEVENUTO, 2003), quando o jovem passa a ser visto como pouco contestador ao que o sistema social oferecia. Nesta vertente, Carmo (2001, p. 154) afirma que:

a geração dos anos 80 viveu, no Brasil, a chamada década perdida (com inflação e retrocesso econômico) e, em todo o mundo, a falta de vontade política da juventude era atribuída “à morte das utopias e ao fim das ideologias”. No Brasil, com altos e baixos: euforia e crises de depressão.

É nesse contexto, ainda segundo o autor, que surgem outros grupos juvenis no Brasil, “como metaleiros, carecas, *skinheads*, *darks*, rastafáris, *rockabilly*, *rappers* e outros” (CARMO, 2001, p. 150).

Nos anos 90 a presença de variadas figuras juvenis nas ruas, envolvidas tanto em ações individuais quanto coletivas, contraria a imagem que se tinha dos jovens na década anterior – de que eram apáticos e desmobilizados. Entretanto, tais ações são vistas como negativas, já que se configuram como violentas, desregradas e desviadas. Como exemplos marcados por Abramo (1997) estão os temidos arrastões nas praias e grandes centros, o surf ferroviário, as gangues e atos de puro vandalismo, como as pichações de áreas públicas e privadas, ou seja, cometidas por jovens em situação de risco social, tanto para si próprios quanto para a sociedade em geral.

Carmo (2001) destaca o *funk* como preferência musical expressiva neste momento, estilo que vinha ressaltar o perfil desta geração que se mostrava inconformada com uma visão particular de mundo, buscando identidade grupal. Estes jovens aqui caracterizados pelo autor são oriundos dos subúrbios das grandes cidades e que se encontram à margem da cidadania, mas que buscam através da música mostrar-se parte de um contexto social.

De acordo com Abramo (1997), os jovens cada vez mais foram interpretados como agentes propulsores da cisão e da dissolução social, através de um medo e de uma angústia gestados por suas práticas delinquentes. Diante deste fato, não foram vistos, ouvidos e entendidos como sujeitos questionadores para além dos anseios da outra parcela da sociedade, continuando, ainda, “semi-invisíveis, apesar da sempre crescente visibilidade que a juventude tem alcançado na nossa sociedade, principalmente no interior dos meios de comunicação” (ABRAMO, 1997, p.31) e em questões relacionadas ao consumo.

Em relação às questões de consumo associadas aos jovens, Bauman (2013) afirma que atualmente estes obtêm grande atenção dos adultos devido ao elevado potencial de aporte à demanda de consumo, por ser atribuída à juventude um mercado novo, necessitando ser

explorado e codificado. Mercado este que busca “imersão os jovens num mundo de consumo em massa, de maneiras mais amplas e diretas que qualquer coisa que possamos ter visto no passado” (BAUMAN, 2013, p.52).

Este mercado, através da força do *marketing*, aproveita a oportunidade do aporte consumista da juventude – que faz uso do consumo na tentativa de se definir, se formar, se constituir – e gera ações que favorecem a demanda jovem pelo consumo em massa. Kehl (2004, p. 91-92) ilustra que:

como, na economia capitalista, do boi se aproveita até o berro, essa longa crise, que alia o tédio, a insatisfação sexual sob alta pressão hormonal, a dependência em relação à família e a falta de funções no espaço público, acabou por produzir o que as pesquisas de marketing definem como uma nova fatia de mercado. A partir daí – viva o jovem! Passou a ser considerado cidadão porque virou consumidor em potencial. (...) Ser jovem virou slogan, virou clichê publicitário, virou imperativo categórico – condição para se pertencer a uma certa elite atualizada e vitoriosa.

Na visão de Bauman encontram-se evidências de que um dos problemas relacionados aos jovens é o consumo, ao passo que inúmeros outros assuntos relacionados à juventude são esquecidos ou deixados em segundo plano, sejam assuntos referentes a aspectos políticos, sociais ou culturais.

No viés do consumo jovem o autor acrescenta que inúmeros “sites sociais”, como o *Facebook*, abrem caminhos para empresas que se concentram em tratar os jovens como seres conquistáveis e exploráveis pelo consumo, já que encontram gratuitamente nestes sites, expostos pelos próprios jovens, suas “vontades e desejos mais íntimos e aparentemente mais ‘pessoais’ e ‘singulares’, articulados ou semiconscientes” (BAUMAN, 2013, p.54). Assim, as indústrias de marketing lançam mão deste artifício oferecendo no mesmo ambiente seus produtos e serviços com a cara de cada um que ali se expõe, e afirmando ser feito:

“especialmente para você” [jovem] –, oferta que você não pode recusar por ser incapaz de resistir à tentação; afinal, é aquilo de que você sempre precisou: ela [a mercadoria, o produto ou serviço ofertado] “ajusta-se à sua personalidade única” e “faz uma declaração” nesse sentido, a declaração que você sempre quis fazer, mostrando ser a personalidade única que você é (BAUMAN, 2013, p.54).

Margulis e Urresti (1996) atestam que os símbolos atribuídos às juventudes estabelecem uma estética que abrange artefatos e costumes relacionados ao corpo, à indumentária e ao comportamento. Este ideal estético vislumbrado pelas sociedades de consumo torna comercializáveis predicados próprios das juventudes, desenhados como mercadorias e desejados como veículo de distinção e de legitimidade. A propósito, são os predicados próprios das juventudes que nos propomos identificar através do uso que os alunos do CTUR fazem do uniforme escolar.

Se, em décadas passadas, esses predicados eram bastante definidos de acordo com o grupo de jovens a que se pertencia, hoje, de acordo com Benevenuto (2003), os predicados relacionados à aparência apresentam o fenômeno da “era do camaleão”, onde se torna possível um trânsito livre por diferentes grupos estilísticos. Este trânsito é possibilitado pela diluição das ideologias políticas e sociais vivenciadas em outras décadas, quando o uso de determinados acessórios e vestes estavam intimamente ligados a determinados grupos. Hoje, no entanto, é possível acoplar e misturar estilos diferentes apenas por motivos estéticos e não, necessariamente, para expressar ideologias. Segundo a autora, se este trânsito por diversos estilos, mudando constantemente, pode parecer reflexo de um jovem atual superficial, pode sugerir também um jovem mais tolerante com o outro, com o diferente.

Neste viés de apropriação de elementos para a construção do ser jovem, Melucci (2007) ressalta a necessidade de testar limites com uma pluralidade de redes e de grupos como condição de sobrevivência da juventude. Esse aspecto da condição juvenil faz a juventude ultrapassar os limites porque percebe que algo está faltando, que se necessita de algo mais, além do que é dado ou permitido, criando elementos para construção de um “presente e planejamento de um futuro: como responsabilidade para consigo mesmo e para com outros, como reconhecimento daquilo que fomos e do que podemos nos tornar” (MELUCCI, 2007, p. 37).

Outro aspecto da condição dos jovens destacado por Melucci (2007) foi a fragilidade da identidade juvenil devido à troca da participação em determinado grupo ou atividade, empregando, assim, tempo reduzido a cada atividade investida, o que se justifica pela velocidade de informações que hoje os jovens mandam e recebem:

os meios de comunicação, o ambiente educacional ou de trabalho, relações interpessoais, lazer e tempo de consumo geram mensagens para os indivíduos que, por sua vez, são chamados a recebê-las e a respondê-las com outras mensagens. O passo da mudança, a pluralidade das participações, a abundância de possibilidades e mensagens oferecidas aos (...) [jovens] contribuem todos para debilitar os pontos de referência sobre os quais a identidade era tradicionalmente construída (MELUCCI, 2007, p.38).

Diante do exposto, constata-se como é fragmentada e pluralizada a construção da identidade do jovem, através das experiências vividas perante as redes e grupos aos quais pertencem, ultrapassando limites, utilizando ao extremo os meios de comunicação, as relações interpessoais, o tempo e outros elementos disponíveis.

Nesse sentido, buscando reforçar o entendimento assumido de que existem juventudes, destacamos Melucci (2007) que afirma que a juventude parece alargar-se acima das definições em termos de idade, prevalecendo uma significação mais imaginária, onde a plenitude como o oposto de vazio, possibilidades amplas, saturação de presença começam a marcar este estado de ser jovem. Assim, “estilos de roupas, gêneros musicais, participação em grupos, funcionam como linguagens temporárias e provisórias com as quais o indivíduo se identifica e manda sinais de reconhecimento para outros” (MELUCCI, 2007, p.36).

Corroborando com o exposto acima, Benevenuto (2003) aponta que estudiosos como Alberone (1989) e Lipovetsky (1989) sustentam o aparecimento de uma cultura juvenil, a partir da promoção do jovem a um grupo de referência e da ascendência de um “estilo juvenil”.

Este estilo juvenil, composto também por estilos de roupas e demais acessórios, nos mostra que o consumo de moda é um elemento substancial para se caracterizar a juventude atual, mais especificamente do vestuário de moda, uma vez que o jovem fez e faz uso do vestuário na busca da construção de sua própria identidade.

Neste sentido, a construção do sujeito torna-se a narrativa existencial exemplar da contemporaneidade: o que o sujeito é e como ele se mostra (OLIVEIRA, 2008). Assim, para a sociedade, o desafio é definir o jovem, enquanto para o jovem é definir-se diante de si próprio, de seus pares e perante a sociedade (CATANI & GILIOLI, 2008).

Ainda que vista muitas vezes como um aspecto frívolo, fútil e superficial da vida humana, a moda¹ se torna significativa neste contexto à medida que permeia contextos

¹ Segundo Palomino (2002), moda é um sistema onde acontecem constantes mudanças e aperfeiçoamentos, acompanhando o vestuário. No entanto, não está limitada a roupa. Envolve uma simbologia, refletindo a sociedade a que se destina, permitindo entendermos os acontecimentos de determinado período.

históricos, políticos, tecnológicos e sociológicos responsáveis pela construção da identidade do jovem, envolvendo, por conseguinte, valores humanos essenciais, como liberdade, autonomia e emancipação (LIPOVETSKY, 1989).

Diante do espectro de juventudes apresentado, onde encontramos jovens em plena construção de si – buscando testar limites e se apropriando de todos os elementos disponíveis necessários e possíveis para sua formação enquanto indivíduo – aparece a Escola, enquanto instituição em que este jovem passa grande parte de sua vida, envolvendo-se e construindo relações e interrelações. Então, a questão que se coloca é se a Escola oferece os elementos necessários para essa construção individual e social do jovem. Qual seria a função primária da Escola e qual o cenário atual em que ela se apresenta?

1.1.2. A Escola modelando os corpos

No contexto histórico a Escola, como qualquer outra instituição social e política, possui objetivos e metas traçados a partir das interrelações entre aspectos variados. Objetiva a construção de conhecimentos, ideias, habilidades e capacidades formais, além de promover atitudes, interesses e pautas de comportamento (SACRISTÁN & GOMÉZ, 2000). Tem como principais metas a escolarização e socialização dos indivíduos, de modo a torná-los produtivos – preparando-os “para sua incorporação no mundo do trabalho” (SACRISTÁN & GOMÉZ, 2000, p. 14) – e cidadãos – à medida que busca que seus alunos “se incorporem à vida adulta e pública” (Sacristán & Gómez, 2000, p.15).

É com estas funções primárias que, segundo Coimbra (1989), surge a Escola, a partir do século XVII como instituição, nos moldes em que a conhecemos atualmente, estando intimamente relacionada ao desenvolvimento do capitalismo² e propondo-se socializar e educar o número crescente de trabalhadores dos grandes centros urbanos, formando-os como bons cidadãos e trabalhadores disciplinados.

Buscando analisar de forma mais segmentada as funções da escola, Sacristán & Gómez (2000) as dividem em quatro categorias: “função reprodutora” – visa socializar o indivíduo, através da garantia da “reprodução social e cultural como requisito para sobrevivência mesma da sociedade” (Sacristán & Gómez, 2000, p. 14); “primeira função educativa” – “visa utilizar o conhecimento para compreender as origens das influências, seus mecanismos, intenções e consequências, e oferecer para debate público e aberto as características e efeitos para o indivíduo e a sociedade desse tipo de processo de reprodução” (Idem, p.22); “função compensatória” – visa “atenuar, em parte, os efeitos da desigualdade e preparar cada indivíduo para lutar e se defender nas melhores condições possíveis, no cenário social” (Idem, p. 24) e; por fim, a “segunda função educativa” – que busca transformação, à

Devido às características atribuídas à moda na constituição do jovem, reservamos um item para tratar especificamente da roupa, da comunicação e da moda.

² Capitalismo compreende o modo de produção que vivenciamos atualmente, o qual tem como marco a Revolução Industrial do século XIX, quando “o trabalho passou a ser cada vez mais centrado na indústria, o homem transferiu o trabalho artesanal para a indústria mecanizada (...) transformando e revolucionando o mundo e proporcionando ao capital condição de expansão e de hegemonia do processo produtivo. Essa sociedade capitalista compreende um sistema econômico em que os meios de produção são de propriedade privada, o trabalho desempenha o papel de uma mercadoria adquirida através da remuneração estabelecida em contratos e regulada pelo mercado. É a separação absoluta entre assalariados e patrões, determinada pela produção em massa e em série, pelos aperfeiçoamentos técnicos constantes e pela conquista de mercados” (DALLAGO. 2010).

medida que visa “provocar e facilitar a reconstrução de conhecimentos, atitudes e formas de conduta que os(as) alunos(as) assimilam direta e acriticamente nas práticas sociais de sua vida anterior e paralela à escola” (Idem, p.25).

Em todas essas funções, percebem-se claramente outras finalidades, tais como as de inculcar valores, hábitos, normas. Para tanto, conforme afirma Coimbra (1989, p. 15), a “hierarquia que existe em nossa sociedade ali [na escola] se reproduz e nisso a disciplina desempenha um papel fundamental, através das punições e castigos”. Esta finalidade é alcançada pelo que Foucault chama de poder disciplinar³ – dispositivo social de grande importância presente na Escola, visto que, na busca de modelar os corpos, produz saber.

Foucault (1989) afirma que, em geral, todas as instituições adotam mecanismos disciplinares para impetrar vigilância, controle, produtividade e desempenho de seus membros, agindo de maneiras diversas. Os mecanismos de controle disciplinar foram – e ainda hoje são – mantidos e aceitos em diversas instituições disciplinares (Foucault, 1989). E na escola estes mecanismos vêm possibilitar a sujeição a um modelo disciplinar estabelecido, onde a desvirtuação da regra deve ser punida, de modo que se aprenda a agir de acordo com as normas estabelecidas. Um desses mecanismos é a punição que inicialmente fora concebida como agressora e humilhante – com o ato de punir simplesmente por punir; mais tarde, é concebida como modeladora de corpos, quando passam a serem empregadas punições mais educativas, com uma aproximação maior com o aluno, através de diálogos, onde se foca o objetivo final de formar indivíduos cidadãos e produtivos, educando-os, assim, para um convívio social desejado.

É na escola que os jovens convivem com os mecanismos disciplinares, sendo a punição geralmente adotada quando ocorrem irregularidades quanto ao tempo, hábitos, gestos e discurso. Guimarães (2003, p.27) aponta que a aplicação de penalidades, chamadas por ele de castigos disciplinares, busca a redução dos “desvios” e que “as punições são muitas da ordem do exercício, do aprendizado intensificado, multiplicado, repetido, do que a vingança da lei ultrajada”.

Os modelos institucionalizados de punição são possibilitados pelo poder que é empregado às partes que compõem cada instituição. Foucault (2003, p.89) afirma que o poder não é uma estrutura pronta ou algo de que alguém já seja previamente dotado; trata-se de “uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”. Assim, cada camada do poder hierárquico de determinada instituição suporta um grau de poder que será exercido, estabelecido e normatizado, sendo, segundo o autor, as ações práticas e relações de poder nas relações sociais as responsáveis pela materialização deste poder.

Essa relação complexa observada na escola é afirmada através da adoção de vários elementos, os quais dão materialidade às funções da mesma, enquanto veículos das relações sociais. Ribeiro e Silva (2012, p. 577) corroboram com as afirmações de Baudrillard (1968) e Daniel Roche (2000), alegando que, “para além dos atributos físicos dos objetos (características e propriedades), há que se considerar o sentido historicamente atribuído a eles pelos grupos sociais”, de modo a não reduzi-los “a uma simples materialidade, mas devem, ao contrário, ser recolocados em ‘redes de abstrações e sensibilidades essenciais à compreensão

³ De acordo com Foucault (1989) o poder disciplinar surgiu no Ocidente no século XVII a partir de uma nova concepção da sociedade com a queda do chamado poder soberano, predominante nos regimes absolutistas da Europa. Fruto das revoluções liberais, a nova sociedade que surge passa a ser governada pela ideologia burguesa, se apropriando do poder disciplinar como forma cabível e eficaz de garantir a ordem, substituindo os suplícios e espetáculos de execução pública.

dos fatos sociais' (p. 13), nas quais também estão envolvidas relações de produção e consumo”.

Assim, é fato que a materialização do uniforme escolar não possui neutralidade, mas sim uma interrelação com fatos sociais representativos, estando sua incorporação às práticas escolares impregnadas “de significados e valores que são adicionados à sua materialidade física e funcional e definem modos de pensar o ensino” (RIBEIRO e SILVA, 2012, p. 577).

Desta forma, entender a adoção e o uso dos uniformes escolares implica na busca de indicações históricas e da memória de um grupo, tentando descobrir os sentidos simbólicos que esse objeto adquiriu no universo escolar e social, de modo a visualizá-lo de forma desnaturalizada e buscando a história de seus usos.

Ribeiro e Silva (2012) afirmam que, apesar de autores como Dussel (2005) definirem os uniformes como “coisas diminutas”, GVirtz (2005) considera o uniforme como algo maior, que marca os sujeitos profundamente, construindo simbolismos que vão além da escola, sendo capazes de definir, segundo GVirtz (2005, apud RIBEIRO E SILVA, 2012, p. 577), “silenciosamente la trama política de la escuela”. Nesta direção, o uniforme possibilita um entendimento sobre como se desenvolve a cultura escolar.

Até hoje arraigado de significados ao ser materializado na escola, o uniforme teve, no início de sua adoção pelas instituições escolares, a intenção de controle dos corpos – modelando-os, formando-os – e permitiu visualizar projetos institucionais e governamentais, segundo Ribeiro e Silva (2012).

Esta intenção foi e ainda é empregada por vários governos com propósito democratizante, ao fornecer aos mais necessitados o uniforme escolar para que estes fossem vistos como iguais aos que pertenciam a classes mais afortunadas. As autoras acrescentam que a prática de uniformização pode ser considerada elemento “fundamental para a construção de um sistema educativo baseado no ideal de igualdade de oportunidade para todos, ainda que muitas vezes essa igualdade seja mais estética do que efetiva” (RIBEIRO e SILVA, 2012, p. 579).

Neste contexto levantamos a questão da comunicação nos distanciando do conceito ultrapassado e restrito ao tripé emissor-mensagem-receptor quando se trabalha apenas a veiculação de uma mensagem de um polo a outro. Apoiamo-nos, então, nos conceitos mais alargados de comunicação, como bem expressa Sodré (2002, p. 223) ao afirmar que no núcleo teórico da comunica o ocorre

a vincula o entre o eu e o outro, logo, a apreensão do ser-em-comum (individual ou coletivo), seja sob a forma da luta social por hegemonia política e econ mica, seja sob a forma do empenho  tico de reequilibra o das tensões comunitárias. Não se trata, portanto, de vincula o como mero compartilhamento de um fundo comum, resultante de uma metáfora que concebe a comunica o como um receptáculo de coisas a serem "divididas" entre os membros do grupo social. Vincula o   a radicalidade da diferencia o e aproxima o entre os seres humanos (...) [que] inclui as tensões constitutivas do comum, em qualquer nível. O "eu" e o "outro" não são entidades prontas e acabadas, a serem conectadas por um nexu atrativo. Apreender cognitivamente o si-mesmo, compreender a dinâmica identitária - portanto, o vínculo entre o "si" genérico e o "si mesmo" singular, mediado pela transcendência do Outro - está no cerne do problema comunicacional.

Sodré (2002, p.223) sustenta que a vincula o   superior   simplicidade de um processo interativo, já que “pressupõe a inser o social do sujeito desde a dimensão imaginária (imagens latentes e manifestas) até a libera o frente às orienta es práticas de conduta, isto  , os valores”. Sendo aqui fundamental a existência do sentido  tico-político do

bem comum, que envolve a questão comunicacional política e cientificamente maior que a tratada tão-somente pelo campo midiático.

Neste campo McLuhan (2011, p.21) trabalha de forma mais ampliada quando afirma “que para efeitos práticos e operacionais o meio é a mensagem”. Sustentando que isso significa “que as consequências sociais e pessoais de qualquer meio – ou seja, de qualquer uma das extensões de nós mesmos – constituem o resultado do novo estalão [padrão, modelo] introduzido em nossas vidas por uma nova tecnologia ou extensão de nós mesmos” (MCLUHAN, 2011, p. 21). O autor salienta que se refere às consequências psicológicas e sociais dos desenhos e padrões, enquanto expandem ou aceleram os procedimentos vigentes. A medida que “a “mensagem” de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas” (MCLUHAN, 2011, p. 21).

Caminhando nesse contexto temos o meio como qualquer coisa a capaz de provocar mudança. Assim, não temos como reduzir a mensagem a um simples conteúdo ou informação que o meio veicula, já que, desta forma, recusaríamos seu atributo mais relevante: a capacidade de mudar, adaptar e implicar nas relações e atividades humanas.

Nessa complexidade que envolve a comunicação, Ribeiro e Silva (2012) expõem que há trajes em que a comunicação pelo vestuário é de tal ordem que não se permitem variantes, como é o caso do uniforme militar, ao passo que o traje civil se apresenta mais aberto a variações, tanto de cores, quanto de formas. Entretanto, acrescentamos que, apesar da padronização do uniforme escolar, o jovem enquanto sujeito social em busca de formar sua identidade, pode criar subterfúgios, mecanismos, estratégias para se firmar através desse uniforme estabelecido, seja alterando-o, seja utilizando-o tal como é adotado.

Retomando a teoria foucaultiana, a adoção dos uniformes escolares pelas escolas também pode ser analisada junto a outros procedimentos e instrumentos institucionalizados como parte das relações de poder que agem sobre o corpo, buscando produzir conformidades e individualidades na escola e na sociedade, moldando os indivíduos nas relações com o ambiente em que está inserido.

O poder disciplinar também é observado na regulação do tempo dos alunos em atividades estruturadas que traduzam a linha social seguida na escola, sendo cada instante visto como momento de se promover a educação.

Essa promoção da educação é cada vez mais reforçada até mesmo com atividades extraescolares onde, desde criança, busca-se preencher seus tempos com a finalidade de formá-los, “formar-lhes o corpo, os conhecimentos, a moral” (DAYRELL 2007, p. 1117). Formar corpos doutrinando-os a seguir determinadas regras; formar conhecimentos à medida em que concorre para a instrução, troca, construção de saberes; e formar a moral⁴ à medida em que possibilita sua construção enquanto sujeito social. Esses três elementos, formados com o auxílio da instituição escolar, constituirão o indivíduo como um todo, orientando seu comportamento dentro de uma sociedade.

Outro elemento que, de acordo com Foucault, institucionaliza o poder e o controle nas escolas é a ordenação celular proposta por elas. Também chamada de arte das distribuições, esta ordenação estabelece a repartição espacial dos alunos, visualizada na escola através da sala de aula com carteiras enfileiradas, possibilitando que se vigie melhor o comportamento de cada aluno, buscando se romper com todo o tipo de comportamento dito perigoso para o bom andamento da aula.

⁴ Segundo Ferreira (2010, p. 516) moral é um “conjunto de regras de condutas ou hábitos julgados válidos, quer universalmente, quer para grupo ou pessoa determinada”.

Foucault (1989) afirma que, com esta ordenação, os lugares estabelecidos e individualizados permitem que todos os alunos sejam controlados e que todos produzam de forma igual, tornando a escola um “aparelho de ensinar”, de vigiar e premiar, visando à transformação de uma multidão “inútil”, “perigosa” e “confusa” – como os jovens foram vistos primariamente – em um grupo útil e organizado.

No entanto, confrontando esta disposição tradicional com uma nova ação pedagógica que incentiva a disposição dos alunos em sala em círculo, Gore (2011), fundamentada em Foucault, afirma que as duas disposições apresentam tanto efeitos disciplinares de vigilância e repressão quanto de privacidade e autodisciplina. O que nos leva a compreender o posicionamento de Foucault de que não há nada inerentemente libertador ou opressivo nas tradicionais fileiras de carteiras. Sendo assim, cada prática pedagógica adotada terá características positivas e negativas, pois, enquanto as fileiras tradicionais permitem que os alunos sejam constantemente vigiados pelos professores, elas permitem também uma privacidade à medida que os demais alunos não enxergam todos de igual maneira. Do mesmo modo, a disposição em círculo possibilita maior visibilidade de cada um dos alunos pelos demais, mas também a vigilância constante do aluno pelo colega.

Mas, independentemente da prática pedagógica utilizada, os corpos tendem a ser disciplinarizados por e na instituição escolar a partir das relações de controle e vigilância e perante os objetos nela materializados, ou seja, através das relações entre o poder e o saber presentes da escola.

Torna-se possível, então, diante dos estudos de Foucault, entendermos as correlações estabelecidas entre saber e poder, vigilância e penalidade que constituem a sociedade, entendendo a disciplinarização (do espaço, do tempo e dos corpos) e o rigor da sua aplicação no interior da instituição escolar como uma das formas de se manifestar o poder atrelado às funções hierárquicas encontradas na escola.

No entanto, esta estrutura, que pauta o poder e o saber nas relações disciplinares, é mais complexa do que aparenta ser, pois se o poder disciplinar, como promulgado por Foucault (1989), apresenta eficácia, ele o faz exibindo não apenas aspectos negativos – que reprime e penaliza – , mas também positivos – que estimulam o desejo de conhecer, saber, os quais foram essenciais para o desenvolvimento dos estudos das Ciências Humanas,

pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento [...], se apenas se exercesse de modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível de saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. [...]. O enraizamento do poder, as dificuldades que se enfrenta para desprender dele vêm de todos estes vínculos (FOUCAULT, 1989, p. 148-149).

Nesse contexto, o lado positivo do poder vem da imanência da produtividade. O poder produz saber, possibilitando construir, desconstruir e reconstruir um indivíduo em constante formação de sua identidade. Nesse contexto, a submissão como aspecto negativo do poder pode instigar o desejo, a criatividade e a revolta do indivíduo que acarreta uma maior produtividade e potencial de criação, surgindo, aqui, aspectos vistos como positivos (FOUCAULT, 1989).

Com esse entendimento as técnicas disciplinares como a vigilância e a punição buscam neutralizar prováveis movimentos contrários às regras impostas pelo poder escolar. A escola procura impedir, assim, que movimentos contra seu poder legítimo se firmem e resultem em manifestações mais significativas. Guimarães (2003, p. 41) apresenta que:

se as depredações acusam os descontentamentos e críticas a toda a instituição escolar, tenta-se impedi-las exercendo uma vigilância constante no comportamento dos indivíduos e estabelecendo o padrão ideal de atitudes perante a escola, com o objetivo, dessa forma, de evitar que as indisciplinas se transformem em armas contra as estruturas já estabelecidas.

Essa função de modeladora de corpos, através de vigilância constante ao comportamento de seus alunos apresentada por Guimarães (2003), é diminuída, de acordo com Dayrell (2007), devido ao avanço tecnológico que possibilita o alastramento de uma cultura de massas e a circulação globalizada de informações, fazendo com que a escola enfraqueça, perdendo ou diminuindo seu monopólio cultural, permanecendo, apenas, como formadora do monopólio acadêmico.

Podemos entender que – apesar da escola ser espaço propício para promoção da construção do jovem enquanto sujeito social – se faz necessário um repensar constante da instituição escolar de modo que ela seja capaz de responder aos novos desafios de inserção social dos jovens, sempre propensos à criação de “momentos próprios de socialização baseada nas relações de amizade, nos espaços intersticiais fora e dentro das instituições, inclusive na própria escola, onde trocam informações e produzem aprendizagens” (DAYRELL, 2007, p. 1118).

Destina-se à escola o desafio de reflexão sobre suas práticas pedagógicas e administrativas, questionando-se até que ponto ela se envolve na realidade da juventude, colocando em questão “as tensões e ambiguidades vivenciadas pelo jovem, ao se constituir como aluno num cotidiano escolar que não leva em conta a sua condição juvenil” (DAYRELL, 2007, p. 1107).

O autor afirma que é a partir da sociabilidade que a escola e seu espaço físico são apropriados pelos jovens alunos e são reestruturados, recebendo novos significados, possibilitando inúmeras interações, com demarcação de identidades e estilos, manifestados na constituição dos mais distintos grupos. Tais grupos se instituem como uma instância de trocas subjetivas, de concorrências e conflitos, onde suas afinidades possuem valor maior que as normas institucionais, sendo código decisivo para a constituição de cada um como aluno, seja quando se apropriam das normas, seja quando as negam.

A trama de relações sociais na qual os jovens encontram-se envolvidos inclui “alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias, individuais e coletivas, de transgressão e de acordos; um processo de apropriação constante dos espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar” (DAYRELL, 2007, p. 1118).

Nesta complexa conjuntura pode-se questionar a pretensão da instituição escolar em formar as juventudes atuais em uma perspectiva globalizante, já que, de acordo com Dayrell (2007, p. 1125):

a escola tem de se perguntar se ainda é válida uma proposta educativa de massas, homogeneizante, com tempos e espaços rígidos, numa lógica disciplinadora, em que a formação moral predomina sobre a formação ética, em um contexto dinâmico, marcado pela flexibilidade e fluidez, de individualização crescente e de identidades plurais.

Com um conhecimento mais profundo das juventudes atuais, compartilhamos com Dayrell (2007, p. 1124-1126) esta avaliação:

parece-nos que os jovens alunos, nas formas em que vivem a experiência escolar, estão dizendo que não querem tanto ser tratados como iguais, mas, sim, reconhecidos nas suas especificidades, o que implica serem reconhecidos como jovens, na sua diversidade, um momento privilegiado de construção de identidades, de projetos de vida, de experimentação e aprendizagem da autonomia. (...) Enfim, parece-nos que demandam da escola recursos e instrumentos que os tornem capazes de conduzir a própria vida, em uma sociedade na qual a construção de si é fundamental para dominar seu destino.

Diante deste quadro, sendo a juventude uma fase transitória entre a infância e a vida adulta, quando os jovens estão passando da dependência dos responsáveis à autonomia – critério crucial para se atingir a condição adulta – o caminho a ser percorrido perpassa por inúmeros e complexos desafios, pois se observa uma constante tensão entre o dever de mudar e o de continuar sendo eles mesmos.

Neste contexto, todos os elementos sociais que atingem os jovens – família, escola, grupos de jovens, mídia e meios de comunicação em massa – vêm ao encontro deles para auxiliar sua socialização, aqui “entendida como o processo de transmissão de normas, valores e costumes, [que] tem, entre os seus objetivos, assegurar a reprodução social, através de ‘agentes socializadores’” (UNESCO, 2004, p.30).

O cenário atual, no qual as juventudes e a escola se relacionam, é o ponto de partida para a análise e compreensão da apropriação e dos usos que os jovens alunos do CTUR fazem do uniforme escolar. No entanto, um entendimento maior a respeito do sistema de comunicação que envolve a roupa, o uniforme escolar e sua institucionalização se faz necessário como uma etapa precursora.

1.2. Os Elementos Visuais da Estampa: a Roupa e o Uniforme Escolar

1.1.3. A roupa como sistema de comunicação

Por serem palavras que apresentam significações próximas buscamos em Ferreira (2010) suas definições. Roupa é definida como peça de pano para vestir o corpo; veste como peça de roupa, vestimenta; vestuário enquanto conjunto das peças de roupa que se veste, indumentária; indumentária como arte ou história do vestuário; traje enquanto vestuário habitual. Trataremos aqui os termos roupa, vestuário, traje e indumentária como sinônimos, representando a vestimenta de um indivíduo.

Apresentamos, assim, o vestuário como uma manifestação humana tão antiga quanto a própria existência do homem, sendo espelho do tempo e refletindo em sua composição a vida social dos indivíduos, em qualquer época ou lugar.

Essa necessidade de se vestir vem dos primórdios da história da humanidade, quando o homem agrupou-se para preservar-se, sobreviver e dividir as tarefas diárias. Há várias interpretações sobre o que levou o homem a se vestir. Flügel (1966) apresenta o ato de se vestir com três finalidades primárias: proteção, enfeite e pudor. Em relação à primeira finalidade (proteção), há poucos defensores, uma vez que povos, mesmo em clima úmido e frio, não usavam roupa. O pudor concentra mais adeptos quando se trata de questões legais e religiosas. No entanto, o enfeite é de grande consenso como justificativa primária para a adoção da roupa, pois, como afirma o autor, estudos antropológicos mostram povos sem

roupa, mas nunca sem enfeites. As três finalidades juntas constituem motivos para se usar e escolher a roupa: proteger o próprio corpo de perigos, esconder partes do corpo e tornar-se mais atraente.

O crescimento populacional e a formação de distintos grupos também tornaram necessária a identificação das pessoas, e uma alternativa foi fazê-la através das roupas. Assim, “o tipo de animais de cada região moldou as roupas com as quais eles [grupos e tribos desde os primórdios da História] se defendiam do frio, do calor, da chuva, da neve ou da umidade” (LONZA, 2005, p. 16).

Ainda hoje o vestuário é considerado necessidade básica do ser humano socialmente inserido, mesmo com o aumento da diversidade do tipo da roupa, seja quanto ao seu tamanho, transparência, cor, estilo.

A espécie humana é definida em todo processo histórico pela necessidade de estruturar e propagar linguagens que possibilitem e potencializem a comunicação e, para “dizer” tudo isso se utiliza o corpo. Uma das principais características da comunicação humana é a de dotar nosso corpo de significação e, conseqüentemente, de linguagens que são potencializadas por meio de interferências, assim como pela sobreposição de materiais, que permitem a construção de novas formas e volumes que alteram seu significado, ressignificando-o ou, em outras palavras, dando novos valores a ele (CASTILHO & MARTINS, 2005).

Assim, além das finalidades de ornamentação, de enfrentar intempéries e de identificação, o vestuário se apresenta como um sistema amplo e complexo de comunicação social. Neste sistema complexo surge a moda enquanto elemento constituidor de opiniões, gostos, de modos de agir, viver e sentir coletivos; que, em se tratando do vestuário, se representa através do uso de novos tecidos, modelagens, cores, matérias primas, sugeridos para a indumentária humana por profissionais da moda.

Palomino (2002, p.14) afirma que “moda é um sistema que acompanha o vestuário e o tempo, que integra o simples uso das roupas no dia-a-dia a um contexto maior, político, social, sociológico”. A autora explica ainda que a moda é mais bem visualizada quando a percebemos numa evolução histórica, através das mudanças ocorridas, quando a moda vem servir “como reflexo das sociedades à volta” (PALOMINO, 2002, p.14). Ainda segundo a autora, é possível analisar e compreender um grupo, um país, a partir da moda vestida num determinado período.

Nesse sentido, a palavra e o conceito de moda surgiram a partir da Idade Média, pressupondo transitoriedade e mudança de estilo socialmente aceitas, estando atrelados à formação da identidade subjetiva e individual do indivíduo (CASTILHO & MARTINS, 2005). Nessa direção, tanto Palomino quanto Castilho & Martins apontam para a característica de a moda propiciar referências e reflexões a aspectos sociais vigentes, deixando o ato de se vestir cada vez mais complexo, em constante relação com diversos aspectos presentes na sociedade em que surge.

No entanto, a moda é caracterizada pela frivolidade à medida que é vista como fútil, sem valor, sem importância, não permanecendo, mas sim mudando facilmente. Assim, se caracteriza por ser algo que dura pouco, é passageira, breve, feita para uso em um período específico. Além disso, possui um movimento cíclico por ser um sistema que estabelece um elo de significação, articulando o passado com o atual, ressignificando os elementos compostos para uma nova formação de moda.

Diante dessas características Ferreira (2010, p. 511) define moda a partir de seu “uso, hábito ou estilo geralmente aceito, variável com a época, e resultante de determinado gosto, meio social, região (...) [sendo seu uso] passageiro que regula a forma de vestir”.

Nesse contexto se estabelece a moda como uma forma de linguagem, um sistema constituído por signos⁵. Assim, a moda é uma extensão do corpo de um determinado sujeito, uma vez que este, por meio das escolhas do que vestir e como vestir, concretiza, materializa sua subjetividade, expressando-se e comunicando-se.

Na tentativa de desvendar a complexidade que envolve a roupa e a moda, Barthes (1999) investigou e interpretou a psicologia ligada ao ato de vestir e a capacidade do vestuário de apresentar os valores sociais, o modo de proceder normatizado por um grupo específico. Traçou, a partir daí, a distinção entre o costume, enquanto realidade institucionalizada socialmente, independente do indivíduo, e a roupa, enquanto realidade individual, elemento pelo qual o indivíduo expressa sua apropriação do costume.

Nessa direção, o uniforme escolar enquanto traje institucionalizado no ambiente escolar é independente do aluno. No entanto, quando este aluno se apropria deste traje institucionalizado, tratando-o como uma roupa de uso comum, este é colocado próximo às possibilidades de significação de uma roupa comum. Essa apropriação e uso diversificados possibilitam a análise deste traje institucionalizado além de suas prerrogativas primárias.

Diante dessa característica que a roupa apresenta, de expressar a apropriação do costume pelo indivíduo, Eco (1989) declara que fala através de suas roupas, ou seja, que se propõe usar as roupas para fazer o mesmo que a palavra escrita faz em outros contextos, se comunicar, sendo possível, ainda, identificar atitudes ideológicas conforme os significados comunicados. Corroborando com a declaração de Eco, Barnard (2003, p. 49-50) compreende a moda e toda indumentária como “formas de comunicação não-verbal uma vez que não usam palavras faladas ou escritas” para conseguir estruturar uma comunicação.

As linguagens não-verbais possuem correlações diretas na significação final que idealizam, assim como as linguagens verbais escritas e orais. As linguagens verbais escritas e orais são encontradas, por exemplo, em elementos como cartas, livros e na própria fala, enquanto a linguagem não-verbal visual abrange elementos como a pintura, o cinema mudo e a roupa. São esses elementos os possibilitadores finais de significados, diante do que se propõem expressar.

Voltando a Barthes, para ele, na comunicação através da roupa, o significante é a parte material, ou seja, a própria peça de vestuário e seus acessórios, enquanto o significado é a parte imaterial, o que se procura transmitir em relação à peça de vestuário com o aporte mundano que se tem.

Assim, Barthes, a partir da diferenciação entre significante, significado e signo, afirma que “o signo do vestuário se dá a ler através de um discurso que o transforma em função (esta peça de vestuário serve para determinado uso mundano) ou em asserção de valor (esta peça de vestuário está na Moda)”, mostrando que a constituição do signo se dá a partir de certo discurso temporal e espacial. (BARTHES, 1999, p.40)

Ainda segundo o autor, por comportar várias relações significativas, faz-se necessário analisar profundamente o vestuário, destacando os planos de significado que o compõem. Assim, vem a necessidade de se criar, mesmo que mentalmente, um código de vestuário atribuindo a uma classe de significantes (o vestuário) equivalência com uma classe de

⁵ Barthes (1999) define signo como o elemento composto pela relação entre significante e significado (conforme Saussure), acrescentando que os significantes constituem o plano de expressão e os significados o dos conteúdos. Os significados são, segundo Barthes, a relação psíquica de uma “coisa” e não a “coisa” em si. Assim, o significante vem a ser a coisa em si e o signo a construção final a partir desses dois elementos, um representativo, de objeto; e outro de sensação, da percepção.

significados (o mundo, a moda), como faz a sociedade e cada grupo de estilo específico ao utilizar o vestuário para expressar sua identidade.

Desta forma, em cada cultura, os elementos da roupa poderão apresentar signos distintos, sempre em conformidade com o sentido cultural, o qual pode ser percebido diferenciadamente no decorrer do tempo, numa mesma cultura.

Por exemplo, jaqueta de couro, camiseta geralmente branca, calça justa, além de acessórios de couro e metal são elementos convencionados para o estilo *rock*. Se o desejo é passar a ideia de pessoa romântica, as roupas devem ser em tons pastéis, com babados e estampas florais miúdas. Ao estilo executivo está associado o uso de ternos, com tonalidades sóbrias e acessórios básicos. Ao esportista são relacionadas roupas mais confortáveis, feitas de materiais mais maleáveis. Se o desejo é sugerir uma mulher sexy, deve-se abusar de decotes, transparências, comprimentos micros de shorts, saias e vestidos. Contudo, todos esses significados atribuídos à roupa que se veste são originários de um contexto social. Assim, é necessário fazer parte ou ao menos conhecer esse contexto para entender o que representa cada roupa, cada estilo que cobre o corpo.

Em resumo, a comunicação estabelecida através da roupa passa pela prática de compor elementos do vestuário no corpo como sinais e pela transmissão de uma mensagem a quem nos observa, causando um impacto sobre o observador e todo o ambiente que o rodeia, em consonância com os elementos externos, culturais.

Podemos, assim, perceber que a roupa assume uma função simbólica comunicativa e estética, portadora da memória histórica de uma sociedade, à medida que se apresenta vinculada ao tempo e à cultura.

Uma vez que compreendemos que a roupa comunica, podemos mencionar Castilho (2006) para quem o corpo vestido é um texto a ser lido, onde se “escrevem” mensagens, onde se articulam constantemente os significantes, conforme se reveste de representações significativas de sua cultura, de forma a interagir e representar os anseios, concepções, angústias e projeções do indivíduo que se apropria do vestuário para compor seu corpo e a si como um todo.

Pensando a roupa como um signo, a partir da formação de um look, ou estilo, composto a partir de vários elementos do vestuário e seus acessórios, é possível se constituir uma mensagem. Barnard (2003, p.109) sustenta que, nesse processo de comunicação, a

moda, indumentária e vestuário constituem sistemas de significados nos quais se constrói e se comunica uma ordem social. Podem operar de diversas maneiras, mas assemelham-se no fato de serem uma das maneiras pelas quais aquela ordem social é vivenciada, compreendida e passada adiante. Podem ser considerados como um dos meios pelos quais os grupos sociais comunicam sua identidade como grupos sociais a outros grupos sociais. São formas pelas quais esses grupos comunicam suas posições em relação àqueles outros grupos sociais. Sem presumir que as diferenças entre esses termos tenham sido ignoradas, é costume afirmar que moda, indumentária e vestuário são apenas formas pelas quais os indivíduos se comunicam. São também meios pelos quais os grupos sociais se comunicam e, através dessa comunicação, se constituem como grupos sociais.

Ao considerar o vestuário como linguagem simbólica, Mendonça (2006) afirma que o homem empresta à sua forma de vestir uma relevante significação. O vestuário nos torna um reflexo daquilo que somos e o que pretendemos ser, nos apresenta ao outro, possibilitando impregnar certa impressão do que desejamos causar. Um reflexo no espelho de nós mesmos nos mostra a existência de conceitos de beleza que nos leva à auto reprovação ou à autoestima elevada.

Diante dessa apresentação à sociedade, apoiados na leitura corpórea que se deseja fazer, Castilho & Martins (2005) afirmam que os movimentos do mundo contemporâneo agregaram ao corpo outras funções, que muitas vezes vão além de seu limite, possibilitando que o ser humano manifeste sua subjetividade. Desta forma, o corpo é um dos objetos que mais assume valores simbólicos relevantes no cenário contemporâneo. Por meio dele, cada indivíduo constitui-se como sujeito, construindo sua imagem como forma de interação com o mundo e com os outros ao redor.

À medida que cada sociedade cria seus valores, a roupa não se limita à função de proteção, pudor ou adereço, mas constitui-se um elemento de diferenciação individual ou de um grupo de indivíduos que vivem com ideais comuns. Assim, a presença dos signos do vestuário se faz necessária como intermediadora do entendimento destas relações.

Neste viés, Villaça & Góes (1998, apud BRANDES & SOUZA, 2012) afirmam que quando um indivíduo opta por alguma cor ou um determinado tecido ou adereço, está construindo sua mensagem dentro do seu próprio contexto, expressando uma atitude, um comportamento. No entanto, a comunicação só acontece quando se contextualiza o texto a ser lido. Portanto, em cada sociedade e sua época são atribuídos valores na forma de vestir e decorar os corpos, valores esses que se traduzem nas imagens finais dos corpos detalhadamente vestidos e adornados segundo determinada moda.

Modos de combinar corpo e moda são documentos visuais, textos que falam de uma determinada maneira de ser, de parecer, de valores estéticos de uma época, de um corpo produzido e organizado pela cultura em certo momento. Precisamos externar para nos comunicar. Só quando temos a necessidade de materializar, é que as ideias tomam “forma” (palavras, imagens, sons). Esta “forma” é a materialização de ideias compostas por elementos básicos (pontos, linhas, planos, formas, cores, texturas, materiais) do mercado de tendências contemporâneas. Tais elementos seguem princípios de composição para serem mais bem aceitos de acordo com os costumes e as influências estéticas, que instituem normas de combinação entre eles (escala, equilíbrio, movimento, proporção, entre outros).

Esses elementos tomam forma na constituição, na confecção da roupa, assim como a roupa se torna possível de significação, adquire sentido quando a analisamos num período e numa sociedade específica. A partir de então é possível atribuir-lhe uma significação, construindo, visualizando um signo.

Nesta vertente de comunicação, pela perspectiva da psicologia, Brandes e Souza (2012, p. 120) afirmam que:

como os demais discursos sociais, a moda concretiza desejos e necessidades de uma época. A cada época, a construção dos trajes e modos de vestir sofrem modificações, e o primeiro território onde isto se explicita é o próprio corpo, pois sobre ele fazem-se as marcas e os símbolos, expressam-se os gestos e mudam-se os adereços. O vestuário encontra-se necessariamente sintonizado às diversas formas que o corpo assume no decorrer da história humana.

Sendo o corpo o suporte das roupas e articulador de significantes, necessita revestir-se com as representações significativas de sua cultura e de seu contexto.

Costa e Pires (2007) corroboram com Brandes e Souza ao afirmarem que a indumentária promove a interação social do indivíduo como membro de um grupo. Desta forma, é o uso de elementos visuais de determinado estilo que agrega o indivíduo a determinado grupo.

Como, então, o jovem aluno recorre a, planeja e usa esse sistema de comunicação tentando manifestar sua identidade ao fazer uso de um uniforme escolar, elemento tido como fixo por Flügel (1966), distante da moda, conforme já definido?

O autor caracteriza o uniforme escolar como “associacional”, por ser usado por um grupo especial de pessoas, sendo associado a ele. Este grupo geralmente está envolvido em interesses próprios, ante a aceitação de símbolos, sentimentos e interesses que unem o grupo. Muitas vezes apenas uma insígnia realiza a associação ao traje do grupo, não sendo necessário um traje completo; por exemplo, o emblema, um símbolo (gravata, divisa, medalha, algum adorno) pode ser o elemento associacional responsável pela identificação do grupo. Neste tipo de traje – associacional – não é regra uma significação hierárquica, mas pode haver ornamentação que indique habilidade ou distinções (como as normalistas que usam uma divisa para cada ano letivo).

Caracterizado como um traje fixo, tendo o corpo como articulador de significantes e significados, o uniforme pode ser usado para dar sentido ao mundo, às coisas e às pessoas que o usam, sendo passível de ser caracterizado como fenômeno comunicativo que faz parte de um sistema estruturado de significados, uma cultura, informando uma posição social ou um grupo ao qual o indivíduo pertence.

Segundo Costa e Pires (2007) para se entender melhor esse processo é necessário perceber o jovem aluno tanto como um indivíduo em particular como na relação que estabelece com um determinado grupo.

Os autores sustentam a necessidade de ampliar a percepção sobre os grupos formados na escola, visualizando de forma distinta: 1) aqueles estabelecidos com o propósito de se alcançar desempenho satisfatório no processo ensino-aprendizagem, ou seja, os grupos compostos para fins educacionais, em prol de atividades ligadas à aprendizagem; 2) e aqueles formados na escola por afinidade, os quais transcendem este espaço, buscando uma convivência para além da escola, a partir de relações interpessoais que envolvem princípios éticos, valores estéticos. Conhecer o cotidiano dos alunos em seus grupos é importante para que a escola possa compreender um pouco mais sobre a vida destes alunos, para além da sala de aula.

Costa e Pires (2007) afirmam que a moda, por ter função comunicativa, influencia os jovens na formação de grupos no espaço escolar:

a influência da moda/indumentária sobre o cotidiano das culturas juvenis, considerando seu papel como um símbolo comunicacional, possibilita compreender melhor como essa forma de comunicação acontece no espaço escolar, especialmente no que se refere à formação de grupos, ao estabelecimento de relações sociais e à busca do pertencimento (COSTA e PIRES, 2007, p.54).

Os autores afirmam, ainda, que a identificação do indivíduo com o grupo pode ser feita de diversas maneiras, à medida que cada grupo tem seus símbolos, suas identidades. Exemplifica mostrando que tanto a música quanto desenhos, filmes, estilo de vestir são itens que marcam a identidade dos grupos. É o caso da indumentária, assim definida por um entrevistado mencionado por Costa e Pires (2007, p. 54):

a moda/indumentária serve tanto para aproximar quanto para manter distância. Isto fica visível no cotidiano escolar, em que os sujeitos de cada grupo têm características bem parecidas, conforme o gosto e os símbolos que cada grupo tem ou com os quais se identifica: Nossos estilos, nossas roupas é nossa identidade (Integrante do Grupo Moda Rock).

Neste contexto de formação de grupos pela lógica da aproximação dos símbolos comunicados pela moda/indumentária, Farias (2012) caracteriza o uniforme como traje carregado de simbolismo, revelando-o como um objeto enigmático, com diversos significados: prestígio, orgulho e até sabor, afirmando que:

não apenas a moda, mas também o uniforme pode se tornar uma “forma suprema de distinção”. Mas não é qualquer uniforme. Afinal, não se converte da noite para o dia, um par de roupas de brim em vestimenta de status (FARIAS, 2012, p.260).

Assim, ainda que com limitações, o uniforme escolar pode permitir aos estudantes construir uma identidade por meio da comunicação que desejam estabelecer com o seu uso e apropriação. Desta forma o jovem aluno estabelece com o contexto escolar todo um processo comunicativo através do uniforme, do qual ele se apropria e utiliza, trazendo nele sua cultura, seus saberes.

Apresentamos no próximo item um breve histórico do uniforme escolar no Brasil para compreendermos como o uniforme se institucionalizou e que funções foram a ele atribuídas.

1.2.2. Breve histórico do uniforme escolar no Brasil

De acordo com a definição de Ferreira (2010, p. 766), por uniforme entende-se o “vestuário feito segundo modelo oficial e comum, para uma corporação ou classe. Vestuário com características semelhantes e usado por estudantes, funcionários, etc”, sendo ainda possuidor de uma única forma.

Historicamente, as guerras foram as manifestações sociais necessárias para institucionalizar a uniformização, através do fardamento militar, sendo farda denominada “uniforme de corte e cores regulamentares para diversas classes ou corpos de indivíduos, fardamento” (FERREIRA, 2010, p. 340). Lonza (2005) lembra que “o fardamento [é] fundamental para a identificação do inimigo” (LONZA, 2005, p. 17), seja através da vestimenta e cores distintas, caracterizando cada região, diferenciando os companheiros dos demais combatentes.

No Brasil, o uniforme escolar foi implantado no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, então capital do Império em 1850, possuindo toda similaridade estética com a farda militar do exército brasileiro. Lonza (2005) afirma que “a intenção era garantir a identificação, organização e segurança dos alunos e mantinha estreita ligação com os ideais republicanos de ordem e progresso” (LONZA, 2005, p.41). Tais propósitos: identificação, organização e segurança faziam-se e ainda se fazem necessários para que, no interior da escola, seja possível a identificação de todos que ali se encontram, do mesmo modo que, fora do espaço escolar, torna-se possível uma associação imediata do estudante a algum estabelecimento.

Desde então outras escolas empregam o uniforme, buscando padronizar a roupa dos alunos e identificá-los com as instituições de ensino aos quais estejam vinculados (SHEMES, ARAUJO & THÖN, 2013).

Para Silva (apud SHEMES, ARAUJO & THÖN, 2013), a escola, ao buscar padronizar a roupas seus alunos, se constitui ainda mais enquanto instituição disciplinar, tal como o exército.

Lonza (2005) afirma que, a partir de então, ao se observar um jovem usando o uniforme de determinada instituição de ensino, fazia-se imediatamente alusão à classe social a

qual ele pertencia. Desta forma, as escolas passaram a utilizar o uniforme escolar como elemento de distinção social entre as classes.

No Rio Grande do Sul, antes da década de 1920, um pensionato feminino, com alunas de origem alemã, trazia a influência europeia no uso do uniforme que era feito pelas próprias alunas. O currículo, além das matérias do ciclo comum, buscava disciplinas que preparassem as meninas para serem boas esposas. Até 1915, a prática de confecção de roupas e uniformes pelas alunas nas aulas de costura tinha o apoio de figurinos que apresentavam traços de tendências de moda, inclusive de trajes criados pelo estilista francês Paul Poiret, o grande inovador da indumentária feminina, que pôs fim ao espartilho (SHEMES, ARAUJO & THÖN, 2013).

Com o aumento do número de instituições de ensino no Brasil, a identificação através do uniforme trazia significados relacionados às características da instituição, como “o nome, a tradição, o método e as características pedagógicas, o grau de disciplina, o nível de ensino, a postura perante a sociedade” (LONZA, 2005, p.22). Uma vez matriculados, o estudante “deveria honrar as cores, o nome, a tradição e o símbolo da escola em qualquer lugar em que se encontrasse” (Idem).

Quanto às funções do uniforme escolar, a disciplina também era uma função intrínseca dele, já que o aluno deveria “se engajar no contexto social através da aceitação de imposições regulamentares, para que se acostumasse desde logo a obedecer às regras de convívio na sociedade” (LONZA, 2005, p.22). Ou seja, a disciplina trazida pelo uniforme escolar visava à doutrinação dos corpos, tornando-os propensos a obedecer às regras sociais, já que estavam sendo instruídos a corresponder às regras impostas pela escola.

Farias (2012) corrobora com Lonza no que tange à função de disciplina intrínseca ao uniforme quando argumenta que, ao vestir um uniforme, o aluno admite publicamente um pacto com a instituição escolar, abandonando comportamentos e interesses individuais para agir em prol do coletivo.

Em suma, o uso do uniforme estaria intimamente relacionado à aceitação de todas as regras impostas pela instituição que o adotaria, condicionando o aluno a agir não como um indivíduo em particular, mas em favor de um grupo.

Entre os séculos XIX e XX a consolidação da Revolução Industrial permitiu a produção em grande escala de bens de consumo. No entanto, Lonza (2005) destaca que ainda não havia uniformização nos cursos primários. Os alunos vestiam suas próprias roupas de passear ou realizar outras atividades para ir à escola, sendo possível observar diversos estilos de trajes num mesmo colégio; contudo uma uniformização da aparência dos alunos era conseguida, à medida que a maioria pertencia a mesma classe social e utilizava os mesmos elementos oriundos da moda para compor seus trajes.

Ainda neste período, nas escolas normais femininas o traje era composto pelo conjunto: saia azul e blusa branca, que cobriam bem o corpo. As saias eram longas e franzidas; as meias, escuras; os sapatos, fechados; e as blusas brancas eram de mangas longas e abotoadas até o pescoço, ainda bastante comuns entre as normalistas de hoje. A padronização do uniforme era limitada àqueles elementos, à medida que poderiam ser confeccionados com tecidos e tons de cores diferentes, com alterações no volume das saias, já que os uniformes eram confeccionados em casa ou com costureiras particulares (LONZA, 2005).

Essas diferenças sutis no uniforme também são notadas por Farias (2012, p. 250): “o uso do uniforme por todos, por si só, não revela muito sobre esta suposta igualdade”. Afinal, mesmo com o uso de um vestuário simples e reduzido, como ocorre em alguns uniformes, as menores diferenças no traje, na postura e na aparência diferenciam e identificam quem os

utilizam. Por exemplo: um maior volume da saia, expressando quem possuía mais renda para comprar mais tecido; o tipo de tecido empregado na confecção de uma blusa, mais popular ou mais nobre; ou a qualidade do sapato utilizado expressava e, ainda hoje pode expressar a classe social a que pertence tal sujeito.

Lonza (2005) destaca que o uniforme masculino, por sua vez, era representado principalmente pelos uniformes dos tradicionais colégios religiosos, como o Colégio São Luiz de Itu (São Paulo), cuja aparência rígida refletia o padrão disciplinar da instituição. Aos poucos o uniforme masculino foi sendo introduzido nas demais escolas com terno escuro e camisa branca.

A partir de 1919, segundo Lonza (2005), o Colégio Anglo-Americano, no Rio de Janeiro, buscou inovar sendo o primeiro a utilizar uniforme em todas as séries identificando plenamente a instituição.

À medida que as instituições de ensino passavam a adotar o uniforme – passavam a uniformizar os alunos – estes, ao desfilarem pelas ruas das cidades, exibiam o prestígio que o uniforme lhes conferia. No Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, por exemplo, os alunos eram vistos como oriundos de famílias distintas, sendo aqueles “que se tornariam ‘doutores’, devido ao excelente currículo da instituição e do alto nível de seus professores” (LONZA, 2005, p.99).

Outra finalidade importante do uniforme é sua função como elemento de coesão grupal, ao nível das aparências, já que distingue uma categoria, profissão ou função dentro de um contexto definido.

Segundo Lonza (2005), o movimento da Escola Nova, no Brasil, que tinha como foco a universalização da escola pública, laica e gratuita, na década de 1920, permitiu a entrada da população menos privilegiada na escola, passando a ser da maior relevância a uniformização desses novos alunos.

O ano de 1929 foi o ano em que o governo brasileiro passou a descrever como deveriam ser os uniformes das escolas públicas, somente formalizado na década seguinte, através da publicação da brochura “Uniformes Escolares – Distrito Federal”, que discriminava cada peça do vestuário e seus complementos em detalhes como: cor e transparência do tecido; comprimento de mangas e bainhas; larguras de golas, punhos e bainhas, variando para atender as Escolas Primária e Normal.

Com a Era Vargas (1930-1945) – quando a educação passa a ser priorizada e se torna instrumento governamental para a reconstrução nacional – a manutenção das classes menos favorecidas na escola foi incentivada pelo fornecimento, pelo poder público, do uniforme escolar aos alunos daquelas classes. De acordo com Lonza (2005), naquele momento se estabeleceu um novo marco na uniformização escolar, já que a distinção de classe social do aluno foi minimizada através do uso do uniforme.

Importantes acontecimentos no âmbito da indústria têxtil mundial aconteceram na década de 1930, o que possibilitou transformações significativas na vestimenta global e também no uniforme escolar.

Foi criado o “Neopreno”, borracha sintética, que passou a ser utilizada em vários produtos como roupas de mergulho e isolantes elétricos.

Em seguida descobriu-se a primeira fibra sintética, uma precursora do *nylon*, o qual viria a ser criado em 1935, sendo considerado a nova “seda sintética”. Após grande desenvolvimento passou a ser utilizado em suprimentos para a guerra, mas teve sua produção interrompida em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Em 1946, findada a guerra, uma nova produção da fibra de *nylon* é retomada, tendo sido difundida no comércio e sendo, até hoje, largamente utilizada nas meias-calças.

A empresa norte americana “DuPont” seguiu inovando com a fibra Lycra, além de novos sintéticos, resistentes a rugas, que são largamente utilizados nos dias de hoje, fazendo jus à posição atual de segunda maior empresa química do mundo em termos de volume de capital, e a quarta em termos de receita.

No Brasil, em 1942 o uniforme escolar ganhou uma nova finalidade, tendo sido designado para projetar os ideais de ordenação, disciplina e homogeneidade da nação brasileira no período do Estado Novo (1937-1945), período caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo de Getúlio Vargas (Lonza, 2005).

Neste contexto, Lonza (2005) destaca que as normalistas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro tinham o uniforme minuciosamente observado nas comemorações e eventos cívicos e as alunas tinham de fazer um juramento se comprometendo a respeitar e honrar o uniforme, usando-o com dignidade e altivez. O autor destaca que, na época, o uniforme do Instituto era símbolo de status e despertava atenção, desejo e admiração de alunos de outras instituições.

O padrão exigido no uniforme durante o Estado Novo perdura após a Era Vargas por alguns anos, principalmente nas escolas mais tradicionais. Assim, ainda na década de 1950, o uniforme do dia a dia da Fundação Evangélica⁶ era feito pela escola, com o rigor apresentado nos anos de 1930/40: a igualdade nos detalhes era imprescindível, sendo o uniforme composto por um “tubinho” cinza e branco listrado, de algodão grosso, com gola branca de fita de algodão mais fina. E, para alegria das mães e alunas, o uniforme era composto ainda por um avental, que podia ser feito fora da escola, podendo ser agregados pormenores de distinção entre as alunas, como rendas, passamanarias e crochês. Apesar desta concessão, os demais uniformes, específicos para o frio, para ocasiões de gala, e para desfiles cívicos também deviam ser adquiridos na escola e deviam estar sempre impecáveis (SHEMES, ARAUJO & THÖN, 2013).

No que se refere às escolas estaduais, no início da década de 1950, em São Paulo, os modelos de uniforme eram definidos por seus regimentos, devendo, no entanto, “ter em vista o clima, a economia e a distinção do traje escolar” (SILVA, 2006, p. 84). Neste período o uniforme, baseado no traje de marinheiro, era o mais comum entre as crianças.

Em meados desta década, de acordo com Lonza (2005), pode ser destacado um novo marco na uniformização escolar, quando o surgimento do *Rock in Roll* fez história, passando as roupas escolares a serem influenciadas pela moda jovem – saias rodadas, sapatilhas, suéteres e camisetas usadas por baixo da camisa. O estilo musical parece ter sido o pontapé inicial para os jovens buscarem uma moda própria. O jeans, então, passa a ser usado no dia a dia e na escola, fato bastante questionado devido às lavagens diversificadas que o tecido permitia, dificultando a padronização do uniforme escolar.

Nesta “nova era”, o Colégio Mackenzie, de São Paulo, era uma instituição que os jovens dos anos 50 apreciavam, pois, apesar de oferecer uniforme, este não era exigido, sendo seu uso facultativo. No entanto, grande parte dos seus alunos ostentava um blusão branco, não obrigatório, com o “M” em vermelho, bastante admirado pelos jovens, já que o blusão branco era um marco em “filmes da juventude transviada americana, que todos imitavam na época” (LONZA, 2005, p.160). Apesar do uso facultativo, o uniforme passou a ser bastante utilizado no Colégio e fora dele, à medida que representava a moda jovem mundial vigente à época.

⁶ A Fundação Evangélica – atualmente uma das unidades da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo – foi uma escola fundada no século XIX, no interior do Rio Grande do Sul. “É uma Instituição com marcos históricos embasados nos princípios e na filosofia da Rede Sinodal de Educação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.” (Fonte: <http://educacaobasica.ienh.com.br/br/ienh-sinonimo-de-tradicao-inovacao-e-pioneirismo>).

Em 1960, com a implantação do Curso Normal de Segundo Ciclo, a Fundação Evangélica apresentou uma novidade no uniforme, agora composto de saia de tergal – tecido tido como moderno, que não amassava – com quatro pregas macho e fêmea – duas atrás e duas na frente, um conjunto sempre impecável. A blusa, tipo camisa, era de tecido 100% sintético, que também atribuía um aspecto sempre impecável ao uniforme, por não amassar (SHEMES, ARAUJO & THÖN, 2013). Estas alterações perduraram por muitos anos, sendo copiada por outros colégios.

Ainda nos anos 60, outro marco histórico na uniformização pôde ser observado, representado pelo surgimento de tecido feito de helanca, mais prático e de “alta resistência, [que] não precisava ser passado a ferro, não se deformava com o uso, secava muito rapidamente e não encolhia, além de oferecer muito mais cores, possibilitando inúmeras combinações e também o bom caimento” (LONZA, 2005, p.176).

Entre 1964 e 1985, período do Regime Militar, as manifestações que os jovens brasileiros faziam, contestando o regime que tentava dificultar e vetar a livre circulação de ideias, acompanhavam o movimento estudantil que acontecia em outros países, tendo repercussão no modo como os estudantes se vestiam. Se nas ruas essas transformações podiam ser observadas, aqui no Brasil as escolas públicas não admitiam sequer o uso do jeans e da camiseta.

Assim, enquanto fora dos muros da escola explodia a liberdade individual movida pela geração *beat*, por movimentos *hippies*, pela contracultura e pelo pacifismo – expressões da defesa da liberdade e do comportamento contestatório da juventude mundial na década de 60/70 – na escola, segundo Lonza (2005, p. 171):

a calça jeans e a camiseta [que] tinham virado o uniforme das ruas, (...) eram proibidas na maioria das escolas. As mocinhas que usavam os vestidos tubinho, linha saco e trapézio, tinham que usar a cintura marcada nos uniformes, uma coisa totalmente fora de moda, com saias apertadas na cintura, algumas vezes com cintos para apertar ainda mais. O ponto mais destoante, porém, era o comprimento das saias. A estilista inglesa Mary Quant tinha acabado de criar a mini saia, vista com ojeriza desenfreada pelos diretores de colégio. As estudantes mostrando as coxas? Nem pensar.

Como vemos, neste período constata-se grande distanciamento entre o uniforme escolar e a moda jovem, pois a minissaia, muito popularizada nas ruas entre as jovens, não era permitido para as alunas, já que a escola, em tempos de autoritarismo, jamais estaria disposta a admitir tamanha ousadia na indumentária.

No entanto, as transformações sociais puderam ser percebidas com o gradativo comprimento das saias escolares, que, aos poucos, deixaram de ser longas, e alcançaram comprimentos menores, mas nunca atingindo o comprimento das minissaias usadas nas ruas.

Mudanças mais significativas ocorreram apenas nos anos 70 e 80, quando os colégios começaram a se render para a moda das ruas, com precaução, surgindo peças mais esportivas, que atribuía mais despojamento ao traje escolar que ainda era composto por calças e saias, mas agora finalizado com jaquetas ou blusões mais esportivos.

As indústrias têxteis passaram a se ocupar mais com o nicho de mercado da moda jovem, criando produtos específicos para este. Estava-se em um momento de transformação e liberdade, com os jovens não desejando seguir a moda, o que criava desafios para as indústrias têxteis.

Assim, com o período de distensão política no Brasil na década de 1980, estar na moda era exibir peças versáteis, esportivas, divertidas, sofisticadas, sensuais e ousadas, uma moda marcada pela alegria de um novo tipo de governo, agora democrático.

É nos anos 80 – período de “abertura” política - que as escolas têm possibilidade de diversificar seus uniformes, aproximando-se mais da moda das ruas, apresentando modelagens mais confortáveis, coloridas e condizentes com a vestimenta da época. O tênis substituiu os sapatos e o uniforme escolar tornou-se unissex, expressando, ainda mais, a aproximação entre moda e uniforme. Agora o uniforme diversificado era composto por “calças de malha ou jeans; calças compridas ou bermudas para os meninos; saias, bermudas, shorts-saia ou calças compridas para as meninas; tênis, sapatos ou até sandálias, meias de qualquer cor e comprimento” (LONZA, 2005, p. 197).

Apesar dessas transformações, os adolescentes ainda se opunham ao uso dos uniformes escolares, surgindo o hábito de, ao findar o ano letivo, contestar a obrigação do uso do uniforme rasgando-o e documentando-o com autógrafos e mensagens dos colegas.

Em resumo, exagero e ostentação foram marcas históricas da moda dos anos 80. Nas escolas mais liberais, as camisetas apresentavam-se com várias opções de golas e mangas, e as saias com comprimentos diversos. Parecia que, naquele momento, liberdade e conforto começavam a influenciar mais o uniforme escolar.

A partir da década de 1990 a similaridade entre a roupa utilizada na escola e no dia a dia dos jovens cresceu. As peças passaram a serem confeccionadas com tecidos de moleton, *suplex* e *lycra*, cada vez mais confortáveis, com modelagens específicas de cada instituição ou ainda diversificadas dentro da mesma escola.

Agora, o uniforme transcendia o uso restrito ao ambiente escolar, podendo ser visto, novamente, como sinal de status ou, de certa forma, como uma roupa de grife, já que passava a ser usado em diferentes lugares.

Atualmente, os uniformes buscam priorizar o conforto e a praticidade com cores e modelagens mais favoráveis à juventude. No entanto, mesmo hoje, com uma maior flexibilização do uniforme escolar, os jovens parecem não estar satisfeitos e ainda

reclamam e procuram burlar as exigências da escola. As meninas, por exemplo, usam camisetas muitos números menores para ficar com o umbigo à mostra, como manda a moda e o colégio não permite. O que elas fazem? Na hora da entrada, quando são examinadas, fecham o blusão para que a vista do umbigo não seja flagrada (LONZA, 2005, p. 219).

Além de buscar proximidade com a moda, para agradar a juventude, o uniforme das escolas públicas é, na maioria dos municípios brasileiros, utilizado para representar o governo que o administra. Assim, em São Paulo, por exemplo, a cor “azul-tucano” foi utilizada para representar o governo do Prefeito José Serra, enquanto no governo de Marta Suplicy se utilizou o “vermelho-petista”. E no Rio de Janeiro, o governo do Prefeito César Maia adotou o laranja no uniforme escolar, que “muitos alunos acharam a cor mais carioca, alegre e jovem. Outros acharam de muito mau gosto” (LONZA, 2005, p.224).

Embora tenha sido modernizado, o uniforme escolar segue, ainda, regras e normas. Oferecidos pelo Ministério da Educação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), seus modelos, cores e materiais são estabelecidos a partir de pesquisas realizadas por órgão competente, que busca boa qualidade e baixo custo (Figuras 1 e 2).



Figura 1: Uniformes Escolares apresentadas pelo FNDE – Agasalho e Tênis.

Fonte: FNDE, 2015.

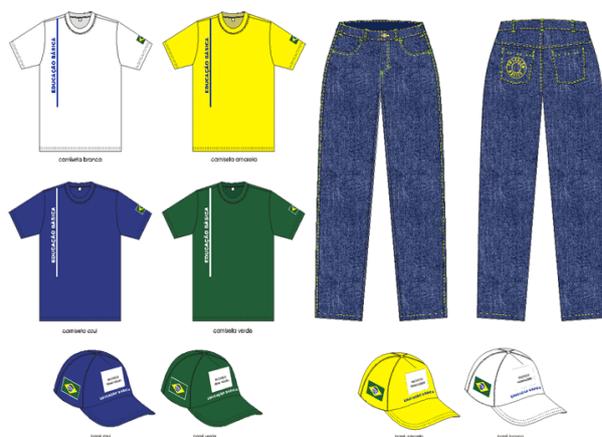


Figura 2: Uniformes Escolares apresentadas pelo FNDE – Camisetas, Calça e Bonés.

Fonte: FNDE, 2015.

A fiscalização do uniforme escolar no Brasil é feita pautada na Lei 8.907/94, a qual trabalha as funções do mesmo, determinando critérios para escolha, alteração e venda daquele, marcando em seu no Art. 2º que:

os critérios para a escolha do uniforme escolar levarão em conta as condições econômicas do estudante e de sua família, bem como as condições de clima da localidade em que a escola funciona.

Apesar da fiscalização que o uniforme pode ter, é notória, pelo Brasil, muita personalização dos uniformes escolares por parte dos estudantes, principalmente nas escolas públicas. Com criatividade customizam a vestimenta de formas variadas: enfeites, tamanhos de comprimentos, cortes, modelos de sapatos, meias coloridas, qualquer detalhe compõe um visual distinto, marcando a individualidade juvenil, seja de um grupo ou de um indivíduo específico.

Lonza (2005) destaca que, de certa forma, os alunos se uniformizam, tanto quando transformam os uniformes instituídos pelas escolas, ou quando vestem modelos de roupas da moda nos colégios que não adotam uniformes escolares.

Nesta nossa era da informação, *blogs* ensinam como os jovens alunos podem ficar mais bonitos e na moda usando uniformes. Maluniu e Connolly criaram o *blog* “Como Ficar Bonita com o Seu Uniforme Escolar”, onde os estudantes visualizam recursos para ficarem mais enfeitados. O *blog* ensina sete passos para as estudantes ficarem mais bonitas, tais como o uso de bijuterias, relógio, acessórios de cabelo – usados de forma convencional ou em lugares estratégicos como enfeites diretos na roupa –, caso a escola permita. Nota-se o interesse despertado por este *blog* que teve 129.660 acessos até maio de 2015.

Discussões em torno do uso do uniforme vão além do espaço escolar e transitam através de redes sociais e sites especializados em educação. Por exemplo, a rigidez quanto ao

uso do uniforme por alguns estabelecimentos suscitou a discussão sobre o tema “Roupa ou uniforme: vantagens e desvantagens”, apresentado por Menezes (2015):

o fato é que algumas escolas exigem o uso do uniforme e são bem rígidas quanto a isso, impondo regras até na cor da meia e do tênis dos alunos. Outras são mais maleáveis, mas, ainda assim, acreditam que o uniforme pode trazer benefícios. Há ainda um terceiro tipo de escola, que não impõe seu uso e ainda acha que ele tira a individualidade e pode até prejudicar o desenvolvimento das crianças. Diante disso, os pais, claro, ficam confusos. Afinal quem está certo? (<http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/uniforme-635532.shtml>)

A própria autora conclui que não há resposta única à pergunta, e expõe os argumentos favoráveis e contrários ao uso do uniforme (apresentados por pais, alunos e especialistas), propondo que o leitor reflita e tome sua posição, conforme observamos no quadro 1.

Quadro 1: Argumentos favoráveis e desfavoráveis quanto ao uso do uniforme escola (...)

FAVORÁVEL	DESFAVORÁVEL
<p>1. É prático: diminui a perda de tempo na hora de se vestir; nas séries iniciais quando as crianças brincam muito, sujam e estragam mais as roupas, o uniforme é vantajoso, pois ele costuma ser mais fácil de lavar.</p>	<p>1. Tira a individualidade: à medida que cria um padrão uniforme. Luciana Fevorini, do Colégio Equipe: "Achamos interessante os alunos se mostrarem como são e que sejam reconhecidos como diferentes uns dos outros. E não é porque não tem uniforme que não tem regras".</p>
<p>2. Preserva a infância: A partir do Ensino Fundamental II, quando a criança já tem 11 anos, ela já expõe muita vontade própria na escolha da própria roupa, caso a escola permita. E é aí que mora o perigo, pois muitas vezes, nessa idade, ela não tem discernimento para escolher a roupa adequada.</p>	<p>2. Não passa a noção de como se vestir: Se a escola impõe o uso do uniforme, a criança não aprende a se vestir. "(...) Quanto mais rígido for o colégio, menos a criança terá essa noção no futuro, quando estiver na faculdade ou no mercado de trabalho", afirma Edimara de Lima, da Prima Escola Montessori</p>
<p>3. Inibe o consumismo: Quando o uso não é obrigatório as crianças podem ser expostas a valores consumistas e distorcidos. "Em casos extremos, isso reforça sentimentos de inferioridade e a baixa autoestima", diz a psicóloga Margareth Scherschmidt, de São Paulo. "Mas é claro que a situação acima também pode ocorrer em escolas onde o uso do uniforme é obrigatório, com modelos diferentes de tênis, relógios, aparelhos celulares e iPods", pondera Luciana Fevorini, orientadora educacional do Colégio Equipe (SP).</p>	<p>3. Dificulta a formação de grupos: O uso diário do uniforme não permite que, dentro do coletivo escolar, os pequenos se organizem por tribos, por estilos, se identifiquem e façam amizades.</p>
<p>4. Minimiza a vaidade: O desejo consumista, associado à falta de uniforme escolar, pode estimular a vaidade infantil, segundo a psicóloga Vivian Zanfolin. Se essa vaidade é controlada, tudo bem. O problema é quando a criança coloca a vaidade como prioridade na vida dela.</p>	<p>4. Padroniza a diferença: Segundo alguns especialistas, com o uniforme, a criança não é vista como um indivíduo, e sim como apenas mais uma no grupo.</p>

Quadro 1: Continuação

<p>5. É econômico: Alguns uniformes oferecem um custo de vestimenta mais em conta do que as roupas comuns. Além disso, eles proporcionam um desgaste menor das roupas das crianças. Porém, as escolas não podem obrigar a compra do uniforme em estabelecimento próprio ou indicar somente uma determinada loja se o mercado em geral comercializar o produto. A escola deve informar qual o modelo de uniforme utilizado e quais são os locais em que pode ser adquirido.</p>	<p>5. Dificulta a busca da identidade: O uso diário do uniforme limita o aparecimento de marcas pessoais de estilo. "Isso se torna um problema principalmente para os adolescentes, que estão em busca de identidade", reflete Luciana Favorini.</p>
<p>6. Diminui o risco de <i>bullying</i>: Oferece pouco risco de comparação com outras crianças. "Ele é programado para todos os tipos de corpo e evita comparações entre as crianças. Isso diminui até o risco de <i>bullying</i>", diz Edimara de Lima, da Prima Escola Montessori.</p>	
<p>7. Proporciona segurança na hora de brincar: Por ter um tecido flexível, o uniforme dá segurança no exercício das atividades escolares, principalmente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I e nas aulas de Educação Física.</p>	
<p>8. Impõe disciplina: O uniforme ajuda na assimilação de normas e regras, contribuindo com o aprendizado da organização e da disciplina, indispensáveis para o desenvolvimento da criança.</p>	
<p>9. Equilibra as diferenças sociais: O uso do uniforme diminui a ostentação e deixa o aluno com menor poder aquisitivo em pé de igualdade diante do grupo.</p>	
<p>10. Confere responsabilidade: O uso diário do uniforme cria um distanciamento entre o momento de estudo e os momentos de lazer. "Isso, de certa forma, influencia no comportamento e na responsabilidade", diz Débora Vaz, diretora pedagógica da Escola Castanheiras.</p>	

Fonte: MENEZES, 2015. Quadro estruturado a partir das informações dadas por especialistas à Menezes, do "Educar para Crescer" sobre o tema uniforme escolar.

Como vemos no quadro acima, um dos aspectos favoráveis ao uso do uniforme escolar é a praticidade para os estudantes e a economia para os pais. Usar diferentes roupas a cada dia de aula torna-se caro, devido ao desgaste destas. Fora isso, crianças e adolescentes em determinada idade, por vezes, querem chamar a atenção dos colegas usando roupas diferentes e mais caras, desencadeando o consumismo pela competição que desencadeia entre os próprios estudantes.

Há de se concordar que os uniformes que portam o nome e o símbolo da escola remetem à tradição, transferindo para os alunos uniformizados o dever de manter um comportamento exemplar e zelar pela imagem da instituição, mesmo fora dela. O uniforme já foi, nas décadas de 1940 a 1970, e ainda é nos dias atuais, motivo de orgulho para os pais e estudantes, quando uma instituição conceituada se caracteriza como um símbolo de aceitação social. E a padronização é importante, quando evita que a sala de aula se transforme em um "desfile de modas" ou quando seu uso propicia o desenvolvimento nos estudantes de um sentimento de pertencimento ao grupo, fundamental no desenvolvimento psicossocial das crianças (BRASIL ESCOLA, 2015).

O CTUR está entre os que padronizam os alunos através do uniforme escolar.

No Regimento Interno do CTUR, de 2013, o Artigo 126 trata dos deveres dos alunos do Colégio, e o inciso V diz que o aluno tem o dever de “comparecer a todas as atividades escolares corretamente uniformizado, de acordo com o modelo adotado pelo Colégio”. No entanto, o mesmo não especifica como deve ser o uniforme adotado, ficando o modelo, o material e demais especificações a cargo da direção do colégio. Mas não têm sido observadas alterações muito drásticas a cada gestão. O Manual do Aluno (2014), no entanto, discrimina todo o uniforme adotado pelo Colégio.

Diante de todas as mudanças sofridas pelo uniforme escolar, percebe-se que o uniforme é cíclico como a moda, buscando, muitas vezes, se adequar a ela e a outras circunstâncias culturais e sociais. No entanto, nem todas as instituições conseguem ou se preocupam em adequar seus uniformes a essas diversas circunstâncias, sejam elas culturais, sejam sociais ou especificamente à moda.

Muitos aspectos devem ser avaliados para identificarmos como os jovens se apropriam e usam um uniforme escolar. Uns podem sentir a necessidade de expressar-se além das possibilidades impostas pelo traje do uniforme institucionalizado, customizando o uniforme, e agregando a ele outros acessórios que não possui, de modo a se chegar mais próximo ao seu estilo pessoal. Outros podem usá-lo com grande simbolismo, buscando não alterá-lo, de modo a mostrar que é realmente aluno de determinada escola, muitas vezes atribuindo *status* a esse uso. Esta via de mão dupla é possível, segundo Barnard (2003), porque as peças de roupa têm significados que o usuário combina num conjunto, as transformando e adereçando.

Shemes, Araújo & Thön (2013) afirmam que, atualmente, na tentativa de se expressar através do uniforme escolar, os jovens buscam mais individualização, sendo mais criativos e obedientes às normas estéticas da moda, transgredindo as normas de uso do uniforme padrão. Consideram, ainda, o uniforme escolar como um texto que expressa há tempos alguns valores como obediência, disciplina, hierarquia, que os jovens não querem mais expressar.

São estes significados e possibilidades comunicativas proporcionadas pelas peças de vestuário e seus complementos que buscaremos perceber nesta pesquisa, ao investigarmos e tentarmos compreender os usos simbólicos do uniforme escolar feitos pelos alunos do CTUR.

CAPÍTULO II

MODELANDO A PESQUISA

RESUMO

Neste capítulo buscamos mostrar como realizamos a pesquisa, relacionando suas diversas fontes, e justificando a opção por um Estudo de Caso, o Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR). Definimos o recorte temporal e o público-alvo e apresentamos os espaços de pesquisa e os momentos de coleta de dados.

ABSTRACT

In this chapter we seek to show how we perform the search, linking its various sources, and justifying the choice of a case study, the Technical College of the Rural Federal University of Rio de Janeiro (CTUR). We define the time frame and the target audience and present the research spaces and moments of data collection.

2.1. Recuperando a discussão metodológica

Para este estudo utilizamos uma abordagem qualiquantitativa. Quantitativa à medida que buscamos classificar os indivíduos segundo suas idades, sexo, município de moradia, trazendo “à luz dados, indicadores e tendências observáveis” (MINAYO, 1994, p. 56). E qualitativa à medida que registramos suas representações, percepções, opiniões, ou seja, “interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 1994, p. 56).

Optamos pelo estudo de caso como principal instrumento de análise da situação do CTUR, uma vez que o estudo de caso “objetiva reunir os dados relevantes sobre o objeto de estudo e, desse modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre esse objeto, dissipando as dúvidas, esclarecendo questões pertinentes, e, sobretudo, instruindo ações posteriores” (CHIZZOTTI, 2006, p. 135).

Elaboramos, ainda, um referencial teórico e realizamos uma pesquisa documental. No trabalho de campo, realizamos entrevistas semiestruturadas, com observação não participante⁷. Fizemos, também, um registro fotográfico, de modo a conseguirmos elementos consistentes para a análise pretendida.

O referencial teórico foi elaborado a partir de leituras de livros e artigos pertinentes ao objeto de estudo.

Na pesquisa documental buscamos informações oficiais a respeito do uniforme adotado pelo colégio, tendo por base o Regimento Interno do CTUR e o Manual do Aluno, este último entregue aos alunos no momento da matrícula.

No entanto, as informações sobre o uniforme se mostraram limitadas pela falta de registro do mesmo em documentos oficiais. Como alternativa, então, obtivemos as informações de maneira informal, através de entrevista com o inspetor de alunos, que ocupa esta função há cerca de 50 anos no colégio.

Com a observação não participante focamos no uso do uniforme escolar pelos alunos e na fiscalização de uso do mesmo por parte do CTUR, nas áreas internas do Colégio e no ambiente externo de chegada e partida dos alunos – o ponto de ônibus.

As entrevistas foram realizadas com alunos e servidores a partir de um roteiro estruturado com questões fechadas e abertas (Ver Anexos A e B), tendo sido gravadas individualmente e transcritas posteriormente pela pesquisadora. Desta forma, garantimos a cada entrevistado liberdade de expressão através da fala, tentando alcançar detalhes que por vezes são difíceis de expressar na escrita.

Com o propósito de propiciar um ambiente descontraído, e não prejudicar os alunos em suas atividades acadêmicas, optamos por realizar as entrevistas nas áreas externas de convívio entre os alunos do CTUR e nos intervalos entre as provas, que são condensadas em uma semana.

Por estarmos trabalhando com a imagem que o aluno representa a partir do uso que ele faz do uniforme escolar as fotografias foram imprescindíveis por dar suporte às falas dos pesquisados e às análises da pesquisadora. Tais fotografias foram produzidas ora pela pesquisadora, nos espaços do Colégio – em atividade de aula ou nos espaços de convívio externo – e no ponto de ônibus; ora produzidas pelos próprios alunos tanto no Colégio quanto

⁷ “A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento”. (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 191). Utilizamos a observação não participante, uma vez que tomamos contato, mas não nos integramos à comunidade de pesquisados.

em ambientes externos como shopping, lanchonete, visitas técnicas, quando os mesmos se apresentavam uniformizados.

Os dados sobre o uniforme são apresentados aqui destacando as categorias⁸ resultantes das falas dos entrevistados, cuja análise foi realizada mediante a Análise de Conteúdo segundo Bardin (2002).

A autora define análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2002, p. 42).

Tal definição vem sendo aperfeiçoada diante de estudos das mais variadas áreas do conhecimento, definindo e aprimorando conjuntos de instrumentos metodológicos aplicáveis a discursos diversificados. Configurando técnicas de análise das comunicações, usando procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Desta forma, diante dos domínios possíveis da aplicação da análise de conteúdo, expressos por Bardin (2002, p. 34 e 35), a pesquisa se enquadra no estudo de um grupo restrito, tendo como código e suporte aspectos icônicos (fotografias) e semióticos (tudo que não sendo linguístico pode ser portador de significações: objetos, comportamento, espaço, tempo). Assim, analisa a comunicação não verbal que envolve posturas, gestos, vestuário, através da análise de seus conteúdos.

⁸ Categorias são, de acordo com Minayo (1994), as divisões ou classificações estabelecidas de acordo com características comuns a elementos ou aspectos, de modo a se agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito que abranja o todo.

2.2. O Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

O Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR) passou por consideráveis modificações estruturais, físicas, administrativas e pedagógicas no decorrer de sua história.

Localizado no Município de Seropédica/Rio de Janeiro, o CTUR teve sua origem instituída pelo Decreto-lei 5.408 de 14 de abril de 1943, a partir da fundação do Aprendizado Agrícola, subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, com sede no Km 47 da Antiga Estrada Rio-São Paulo, atualmente campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) à qual o CTUR (Figuras 3 e 4) passou a estar vinculado a partir de 1963 (PAMPLONA, 2010).



Figura 3: Pórtico de entrada do CTUR atualmente.
Fonte: Acervo da Pesquisa.



Figura 4: Fachada atual do Prédio Principal do CTUR.
Fonte: Acervo da Pesquisa.

Entre 1996 e 2007 inúmeras transformações no âmbito da Educação Profissional aconteceram nacionalmente (COSTA, 2010), dentre as quais a possibilidade de o CTUR, na condição de Escola Técnica vinculada à Universidade Federal, aderir ao Instituto Federal de sua mesma base territorial (Lei nº 11892 de 29/12/2008), antecedida pelo Decreto nº 6095 de 24/04/2007, que estabeleceu diretrizes para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.

O CTUR, no entanto, se posicionou contra a adesão à proposta governamental, em documento que salientava os argumentos pelo posicionamento tomado: “não seria prudente assumir um projeto como o do IFET que, para além de separar-nos da UFRRJ, não clarificava as condições de sobrevivência material do Colégio ‘ifetizado”⁹. Assim, uma das características relevantes para o funcionamento da Instituição - a possível perda da identidade construída como um patrimônio histórico-social do CTUR - foi um fator crucial para a não adesão à Ifetização (COSTA, 2010).

⁹ Posicionamento dos servidores do CTUR expresso no Documento Referente à Não Ifetização do CTUR em 2008.

No que se refere à articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, o Decreto nº 5154/04 flexibilizou sua oferta, conforme expressa seu § 1º do Art. 4º:

A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados; III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Hoje, ainda vinculado à UFRRJ, o CTUR pertence à Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, instituída pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, possuindo organização e competências definidas por regimento próprio.

Conta com uma área de cerca de 60 hectares, onde estão os campos de aulas práticas, os prédios de aulas teóricas e práticas, a administração, a cantina e o estacionamento.

Oferece cursos Técnicos: em Agroecologia (antigo Técnico em Agropecuária Orgânica); em Meio Ambiente; em Hospedagem (antigo Técnico em Hotelaria); e em Agrimensura, com durações diferenciadas. Os dois primeiros, com duração de três anos, são oferecidos ou de forma integrada, ou em concomitância externa ao ensino médio. O curso Técnico em Hospedagem tem duração de dois anos e meio e é oferecido em concomitância interna ou externa ao ensino médio; e o Técnico em Agrimensura, um ano e meio e é oferecido na forma subsequente ao ensino médio.

Como forma de ingresso, o CTUR adota um processo seletivo anual, que consta de uma prova de conhecimentos gerais e específicos, nas modalidades objetiva e discursiva.

As aulas ocorrem no período de 07h30min às 17 horas, mas não há um controle rigoroso do horário de entrada e de saída dos alunos na instituição, sendo fomentada a responsabilidade do próprio aluno para cumprir as atividades.

2.3. Recorte temporal e público-alvo da pesquisa

A pesquisa foi realizada no ano de 2015, período escolhido como recorte temporal da mesma.

O público-alvo envolveu os alunos que cursavam no ano de 2015 o 3º ano dos cursos: Técnico Integrado em Agroecologia e Técnico Integrado em Meio Ambiente. A opção pelos alunos dos cursos da modalidade integrada se justifica pela maior permanência deles no colégio, uma vez que cursam tanto o ensino médio básico quanto a modalidade técnica no CTUR, estudando nos períodos diurno e matutino. A escolha do 3º ano se deu por acreditarmos que estes alunos, mais conhecedores das normas do colégio e das atitudes dos

servidores, estariam mais “destemidos”, desenvoltos, para buscar mecanismos de burlar as regras impostas.

As duas turmas comportavam 48 alunos, dentre os quais selecionamos aleatoriamente 40% (20 alunos), 15 da turma 36 (Meio Ambiente) e 05 da turma 34 (Agroecologia), conforme disponibilidade dos mesmos.

Apesar de o público-alvo serem os alunos, buscamos outros agentes envolvidos no processo escolar – três servidores: Diretor, Chefe da Divisão de Assuntos Pedagógicos (DAP) e Inspetor de Alunos – visto que os mesmos podiam influenciar diretamente a maneira como os alunos se comportavam, já que eram responsáveis tanto pela instituição do uniforme, quanto pela inspeção do uso do mesmo.

A apresentação da pesquisadora aos alunos se deu através da Chefe da DAP, após autorização do desenvolvimento da pesquisa pelo Diretor do Colégio, com a entrega das “Informações sobre a pesquisa” (Anexo C) e do “Termo de Consentimento Livre Esclarecido” (Anexos D e E) – exigência do Comitê de Ética da UFRJ – que autoriza a utilização das falas e imagens dos pesquisados para fins de pesquisa.

2.4. Os espaços da pesquisa e os momentos de coleta de dados

Os espaços utilizados para a pesquisa abrangeram a área do próprio CTUR e entorno, onde foram realizadas as observações, entrevistas e fotografias produzidas pela pesquisadora.

A coleta de dados através de observação da rotina dos alunos se deu em cinco momentos, onde registramos o uso do uniforme escolar: chegada ao ponto de ônibus – por ser um local onde se concentra um número significativo de alunos que dependem desse meio de transporte para acessar o Colégio (Figura 5); aula teórica – quando é obrigatório trajar o uniforme de uso diário: calça comprida ou bermuda jeans na altura do joelho; camisa oficial; e calçado fechado (Figura 6); aula de laboratório – quando o uniforme de uso diário é acrescido de jaleco, por exigência do professor, uma vez que não está determinado em documento do CTUR (Figura 7); aula de campo, aula prática: quando é obrigatório, segundo o Manual do Aluno, o uso de bermuda jeans na altura do joelho, camisa sem manga oficial; e calçado fechado (Figura 8)¹⁰; e espaços de convívio dos estudantes (Figuras 9 e 10).



Figura 5: Ponto de ônibus do CTUR, sentido Campo Grande, local de grande concentração de alunos.

Fonte: Acervo da Pesquisa.

¹⁰ No entanto, somente a professora faz uso de bermuda, e todos os alunos usam calças.



Figura 6: Alunos em sala de aula teórica uniformizados.
Fonte: Acervo da Pesquisa



Figura 7: Alunos em aula prática de laboratório.
Fonte: Acervo da Pesquisa



Figura 8: Alunos em aula prática de campo.
Fonte: Acervo da Pesquisa.



Figura 9: Área da cantina do CTUR, espaço de convívio entre os alunos.
Fonte: Acervo da Pesquisa.



Figura 10: Espaço de convívio entre os alunos situado atrás do Prédio Principal.
Fonte: Acervo da Pesquisa

Nos momentos de observação pudemos constatar que, apesar do uniforme ser adotado pelo Colégio e os diferentes modelos serem especificados no Manual do Aluno, os alunos que não fazem uso do uniforme padronizado não são impedidos de participar das atividades acadêmicas.

Nesta direção, podemos interpretar que existe uma tolerância da administração do CTUR quanto à função disciplinar atrelada ao uso do uniforme escolar. Ou seja, o CTUR mostra-se mais flexível e aberto às necessidades e desejos dos jovens à medida que, mesmo com um padrão de uniformização estabelecido, se abre para algumas questões – conforme veremos mais detalhadamente no Capítulo seguinte.

A coleta de dados através de entrevistas também se deu em quatro momentos, um com os servidores e três com os alunos.

No primeiro momento foram entrevistados os três servidores selecionados para o estudo em seus respectivos setores de trabalho.

Os demais momentos de entrevistas foram destinados aos alunos, em uma semana de provas. A pesquisadora se posicionou em locais de convívio dos alunos, nas áreas externas do Colégio, sendo procurada pelos alunos, os quais já sabiam que a mesma os aguardava para as entrevistas.

No segundo momento as entrevistas foram feitas com sete alunos da turma 36. Este dia talvez tenha sido um dos mais produtivos, com os alunos se mostrando bastante integrados e conhecedores das normas do colégio e das necessidades próprias, dos demais alunos e da administração do colégio. Mostraram-se pouco preocupados com o tempo empregado à pesquisa – embora estivessem reunidos num grupo de estudos – rendendo as maiores e mais significativas transcrições.

No terceiro momento a pesquisadora entrevistou cinco alunos da turma 34.

O quarto e último momento de entrevistas aconteceu com mais oito alunos da turma 36, totalizando 40% da amostra selecionada. Este último momento de entrevistas foi também bastante significativo para a observação, já que foi bastante descontraído, com os alunos que não participavam diretamente da pesquisa interagindo com os demais, apontando exemplos vivenciados em relação ao uso e à fiscalização do uniforme no CTUR.

CAPÍTULO III

COSTURANDO A PESQUISA DE CAMPO

RESUMO

Neste capítulo apresentamos os resultados da pesquisa. Após traçarmos um breve perfil dos alunos entrevistados, apresentamos a composição do uniforme do CTUR e suas funções pelo olhar dos servidores e dos alunos, bem como suas representações sobre o uso do uniforme. Procuramos compreender a perspectiva dos servidores e alunos sobre a adequação do uniforme e interpretamos a customização e a incorporação de acessórios a ele por parte dos alunos como uma busca de estabelecimento da identidade juvenil.

ABSTRACT

In this chapter we present the results of the research. After we draw a brief profile of the interviewed students, we present the uniform composition of CTUR and their functions through the eyes of employees and students as well as their representations regarding the use of the uniform. We seek to understand the perspective of the employees and students about the adequacy of uniform and to understand the customization and incorporation of accessories to it by the students as a search for the establishment of youth identity.

3.1. Perfil dos alunos

Dentre os 20 alunos entrevistados, 65% tinham 18 anos de idade; 20%, 17 anos; e 10%, 16 anos de idade.

Quanto ao gênero, 60% dos entrevistados eram do sexo feminino e 40% do sexo masculino. Este equilíbrio se tornou importante para a pesquisa à medida que o Manual do Aluno estabelece trajes diferentes para os uniformes feminino e masculino, como será mostrado mais adiante. Desta forma, a maneira com que eles se apropriam e usam o uniforme escolar pode ser diferente.

Quanto ao local de moradia, 60% dos alunos entrevistados residiam no Município do Rio de Janeiro (58% no Bairro de Campo Grande, Zona Oeste do município); 20% dos entrevistados residiam nos municípios de Paracambi, Itaguaí –próximos a Seropédica – e em Seropédica mesmo; e os 20% restantes residiam em outros municípios da Baixada Fluminense.

3.2. Composição e funções do uniforme escolar no CTUR

De acordo com as informações coletadas nas entrevistas com os servidores, o uniforme escolar sempre foi adotado e exigido pelo CTUR, normatizado pelo Regimento Interno e pelo Manual do Aluno.

O Regimento Interno diz, no inciso V do art. 127, que o aluno deve “comparecer a todas as atividades escolares corretamente uniformizado, de acordo com o modelo adotado pelo Colégio”. Complementando esta exigência, o Manual do Aluno (2014, p. 9) diz, no item “As Regras do Jogo”, que o aluno deve “usar uniforme para entrar, sair e permanecer no CTUR em qualquer horário”, especificando o tipo do uniforme por escrito, sem visualização de imagem.

Segundo o inspetor de alunos, que ocupa o cargo há cerca de 50 anos, a princípio a exigência era o aluno portar calça de tergal azul marinho com camisa branca de botão e sapato preto fechado. Em algum momento, que o inspetor não soube precisar, a camisa foi substituída por jaleco, mantendo-se a calça de tergal. Apenas por volta dos anos de 1975 a calça jeans foi adotada, substituindo a de tergal. Mais tarde o jaleco foi substituído pela camiseta de malha que é adotada até hoje com pequenas alterações.

No Manual, o uniforme é apresentado dividido em três categorias: uso diário, educação física e aula prática. Para o uso diário é estabelecido: “masculino e feminino: calça comprida ou bermuda na altura do joelho jeans; camisa oficial e calçado fechado” (MANUAL DO ALUNO, 2014, p.16). Para as aulas de educação física o uniforme para ambos os sexos é composto por “short azul marinho; camiseta sem manga oficial e tênis de cor escura” (MANUAL DO ALUNO, 2014, p. 17). E para demais aulas práticas dos cursos de Hospedagem e de Agroecologia encontra-se especificado o seguinte uniforme: “bermuda na altura do joelho jeans; camisa sem manga oficial e calçado fechado” (MANUAL DO ALUNO, 2014, p. 17).

Estas especificações foram também encontradas na porta de entrada do Prédio Principal do CTUR, utilizada como mural informativo, conforme a Figura 11.

A partir das descrições apresentadas no Manual do Aluno foi possível compor o uniforme adotado atualmente. Para uma representação mais fiel trazemos nas Figuras 12 a 14 fotos dos modelos de camisetas do uniforme adotados pelo CTUR, os quais são comercializados no ponto de venda dentro do Colégio.

É importante destacar que o uniforme é produzido e vendido por uma única empresa o um kit composto por cinco peças – 2 camisas *t-shirt*, 1 camisa regata, 1 camisa pólo e calça *legging* ou short, ou em peças avulsas.

Embora discriminado no Manual do Aluno, buscamos averiguar como e quando os alunos tomaram conhecimento do uniforme adotado pelo CTUR. Do total, 40% disseram que foram informados no momento da matrícula, através do Manual do Aluno; 20% disseram ter sido na aula inaugural; 20% pelo aviso no mural do Prédio Principal; 13% disseram terem sido informados, mas não revelaram o veículo de informação; e 7% não responderam.

Entendemos que as estratégias utilizadas para divulgação do uniforme adotado – Mural do Prédio Principal, Manual do Aluno, Aula Inaugural – foram eficientes, já que 80% dos alunos tomaram conhecimento do uniforme por aquelas vias.

Buscamos saber, ainda, se servidores e alunos tinham conhecimento da composição do uniforme adotado pelo CTUR. Dentre os servidores, 100% responderam que o uniforme de rotina é composto por camisa de malha, calça jeans e calçado fechado, sem cor específica; e 33% ressaltaram que a blusa é o item fixado como regra para o uniforme, sendo que os demais itens não sofrem fiscalização acirrada.

Entre os alunos, 75% responderam que conhecem a composição do uniforme, enquanto 25% disseram desconhecer. Dos que responderam ter conhecimento, 67% disseram ser: a camisa do CTUR, uma calça jeans e um sapato fechado; enquanto 27% disseram ser apenas a camisa do curso; e 7% apontaram camisa e calça.

Nota-se, portanto, que a maioria dos alunos demonstra conhecer a composição do uniforme. Mas, mesmo os que a desconhecem apresentaram em suas respostas ao menos o item mais relevante, a camisa, o que vem ao encontro da avaliação do próprio Diretor do CTUR: “*na realidade o que é do uniforme mesmo é a blusa, de cada curso*”.

Percebemos, também, que a regra do uso do uniforme não é rígida, uma vez que são aceitas variações acordadas entre Direção e alunos. Essa flexibilização não ocorria em outros tempos, conforme informou o inspetor de alunos:

era branco e branco. Aqui que esse diretor é que deixou qualquer um. Pra mim foi ótimo, menos uma briga. Porque é assim, o pai vai lá e filho escolhe um tênis azul, um tênis branco com listrinha azul, que nem isso aí podia, aí o pai compra, depois ele vai comprar outro, não. Graças a Deus o [diretor] (...) falou (...) qualquer tênis é tênis. Menos uma coisa pra gente ter que ficar pedindo pra não.

Esta fala nos revela uma posição contraditória por parte do inspetor. Pois, por um lado, há uma recriminação ao Diretor que não segue a regra: “*Aqui que esse diretor é que deixou qualquer um*”; por outro, há uma avaliação positiva da quebra da regra porque se relaciona com a redução do trabalho de inspeção: “*Pra mim foi ótimo, menos uma briga*”.

De todo modo, as mudanças até hoje realizadas no modelo do uniforme adotado sempre foram feitas pelo diretor em exercício, em comum acordo com os estudantes representados pelo Grêmio Estudantil, conforme disse um servidor:

chega um diretor que não concorda com aquilo, então, muda. Diretor em combinação com os alunos. Ele não pode mudar sozinho não. Hoje como tem grêmio né, o diretor convida o grêmio pra ir lá, conversar, o que acha melhor mudar e tal. Concordam lá entre eles, mudam.

Buscamos saber, ainda, se alunos e servidores conheciam as funções do uniforme. Dentre os alunos, 30% apontaram o direito à gratuidade nos ônibus; 30% a padronização dos alunos; 15% a segurança e a identificação do aluno; 10% o controle, a regra, a disciplina; 10% a divulgação do colégio; e 5% não responderam.

Quanto aos servidores, estes também indicaram as mesmas funções apontadas pelos alunos: igualar, uniformizar e diminuir a distinção social foram as mais expressivas, seguidas pela segurança e identificação do aluno, economia, disciplina e regra.

No entanto, a função de igualar os alunos, não deixando evidenciar no ambiente escolar as classes sociais às quais eles pertencem, encontra-se enfraquecida na medida em que o CTUR permite o uso de artigos que, embora componham o estilo juvenil, revelam distinção, *status*, conforme mostram as figuras 15 a 17.



Figura 15: A não-padronização do uniforme escolar: calças compridas e calçados de estilo variados, além de elementos como chapéu e casaco.
Fonte: Acervo Pesquisa.



Figura 16: Aluna usando colete e com óculos escuros, compondo um estilo próprio.
Fonte: Acervo dos Pesquisados



Figura 17: Alunas usando calça preta e jeans claro desbotado e rasgado, além do casaco que não é estabelecido pelo CTUR, mas que também permite distinção.
Fonte: Acervo dos Pesquisados.

Por outro lado, ao flexibilizar o uso do uniforme, o CTUR pode estar buscando, mesmo assim, de forma indireta, igualar os alunos, na medida em que possibilita que estes tenham os gastos familiares reduzidos, uma vez que, por exemplo, não comprariam calças destinadas apenas ao uso no Colégio.

Embora reconheçam determinadas funções do uniforme, alguns alunos apontaram pontos que consideram negativos relacionados ao uso do uniforme: privação da individualidade; padronização das diferenças; e identidade pouco definida. Outros não apontaram pontos negativos, não acreditando que o uso do uniforme iniba a formação de grupos.

No que se refere ao uso de peças distintas para atividades diversas, a maioria dos alunos avaliou ser necessário, justificando o conforto e a segurança nas aulas práticas de campo, de educação física e de laboratório:

Aula laboratorial é essencial o uso de jaleco, na verdade é uma regra a gente usar jaleco em aula de laboratório, justamente pra não cair nenhum ácido na nossa roupa, ou machucar a gente. E aula de campo também né, no caso usar blusa sem manga, por causa do calor, a gente fica no sol e tudo mais. Tem essa diferenciação, no caso, aula de campo a gente tem que usar blusa sem manga, sala de aula blusa com manga, laboratório jaleco. É essencial sim, é pra nossa segurança, nosso conforto, né? (Aluna, 18 anos, turma 36).

as aulas de campo às vezes precisa de uma calça mais flexível, porque às vezes o jeans é ruim. Ou, por exemplo, a educação física, a gente precisa de uma legging (Aluna, 18 anos, turma 33).

Uma minoria disse não haver necessidade de distinção:

No CTUR eu acho que não é necessário, (...). Porque, a nossa educação física o que a gente geralmente faz é correr, porque vai jogar alguma brincadeira ou coisa assim, então, eu não acho necessário trocar pra usar uma legging. Eu consigo fazer de jeans. É legal você poder usar se a gente fizesse uma ginastica realmente, alguma coisa assim, a legging é muito mais pratica, mas eu acho que pras atividades que a gente faz eu acho que não tem necessidade. O fato de ter uma blusa específica, sem manga exatamente pra isso é uma coisa boa, porque, tipo, de pólo é muito mais quente (Aluna, 18 anos, turma 36).

Diferentemente do que Lonza constatou - que a disciplina trazida pelo uso do uniforme escolar “era condição *sine qua non* [para] que o aluno comesse a se engajar no contexto social através da aceitação de imposições regulamentadas, para que se acostumassem desde logo a obedecer às regras de convívio da sociedade” (LONZA, 2005, p. 22) – isto não se verifica hoje em dia no CTUR, ao menos com aquele rigor.

Nesse contexto, o CTUR nos revela que, ao flexibilizar o uso do uniforme, não o utiliza como rígido instrumento disciplinador, adestrador de corpos juvenis. Não afirmamos, no entanto, que o CTUR não tenha mecanismos para gerar disciplina, mas parece que o faz sem lançar mão do uniforme, conforme atestam os depoimentos dos servidores:

Não. Ah eu digo nenhuma [punição]. A gente conversa, mas eles vêm assim mesmo. (Inspetor de Alunos).

Não, não precisamos punir ninguém, geralmente eles atendem ao pedido nosso. Numa conversa. Nunca precisei punir ninguém. Dizer que vai ser proibido de

entrar. Porque a finalidade do uniforme também não é essa. Não é tá punindo ninguém (Diretor).

Olha, até agora tem sido diálogo, conversa. Mas (...) o responsável [pela fiscalização do uniforme], ele tem solicitado uma atitude mais firme da Direção em relação a isso, porque isso tá dificultando pra ele. Porque às vezes não é só a questão da camisa, nem da calça, é também da sandália. Eles precisam vir calçados com sapato ou tênis, e eles às vezes vêm de chinelo, e isso não é bom. Então, quer dizer, essas coisas (...) [ele] tem apontado pra que a Direção tome uma atitude (Chefe da DAP).

3.3. Representações sobre o uso do uniforme escolar no CTUR

3.3.1. Adequação do uniforme

Nas entrevistas perguntamos aos alunos e servidores se consideravam o uniforme adotado pelo colégio próprio ao uso pelo jovem.

Dos servidores, 67% responderam positivamente, apresentando como justificativas o fato de o jovem usar jeans e tênis e o fato de o uniforme ser simples, estando ao alcance de todos. Vale registrar que 33% responderam negativamente, justificando o descontentamento com a norma, referindo-se mais à regra de uso que à composição propriamente do uniforme.

Aproximando-se dos servidores, 80% dos alunos consideraram o uniforme apropriado, apresentando como justificativa o fato de possuir modelo comum, seguido da praticidade, do conforto. Uma minoria, apesar de considerar apropriado, acha desconfortável no calor e uns poucos avaliam ter opções de uso:

Acho que sim. Porque é o modelo de roupa que já usamos no nosso dia a dia, então acho que tem a ver com os jovens, não é nada é assim exuberante, é normal, do jeito que a gente usa. Acho que não tem problema pra ninguém (Aluna, 17 anos, turma 33).

A calça, muita gente aqui se sente desconfortável usando calça todos os dias. As pessoas preferem usar bermuda e aqui, geralmente, não é permitida uma bermuda um pouco mais diferente, mais clara, assim. (Aluno, 17 anos turma 36).

Sim, é porque eu uso mais sem ser a pólo, o tecido é relativamente leve, é gostoso de usar, acho que é isso. (Aluno, 17 anos turma 36).

Eu não vejo problema nenhum. Usar uma blusa e, tipo, calça jeans. Só muda, no caso, a blusa que a gente usa e a calça não pode ser calça de cor muito clara, também não pode ser calça rasgada. Acho isso até correto, porque as nossas roupas têm que ser apropriadas pro ambiente que a gente vai lidar no dia a dia (Aluna da turma 36).

Os 20% restantes, que responderam negativamente, apontaram calor e modelo como principais características do desconforto do uniforme, sendo desfavorável ao uso:

Acho assim, aqui no colégio é muito aberto pra tudo, é liberal e tudo. Aí você coloca um uniforme que você não pode usar uma sandália que eles já reclamam. O uniforme em si é tudo fechado, vem aqui [no pescoço], a gente corta, porque atrapalha mesmo, coça. Então, não acho que seja adequado (Aluna, 18 anos, turma 36).

Acho que a calça jeans faz muito mal à saúde e me incomoda muito, assim como incomoda outras pessoas. Assim, a gente passa o dia inteiro aqui usando calça. Acho que só pela calça mesmo. Acho que a blusa do colégio eu continuaria usando (Aluna, 18 anos, turma 36).

Notamos, na primeira fala, certa crítica da aluna quanto à restrição ao uso da sandália. No entanto, parece haver desconhecimento de que a exigência do calçado fechado se justifica pela segurança do próprio aluno, como afirma a Chefe da DAP:

Por questão também de segurança, porque aqui você vê que é uma área rural, embora a gente considere urbano, mas é uma área rural. Eles [alunos] vão pro campo. Outro dia mesmo uma aluna pisou aí num ninho de carrapato, foi um problema. Pode ter cobra, então o ideal é que eles venham calçados com sapato.

Se Benevenuto (2003) mostrou que, em décadas passadas, os predicados próprios das juventudes eram bastante expressivos de acordo com o grupo a que pertenciam, hoje parece mais difícil definir-se um padrão de estilo juvenil, visto que, agora, tais predicados apresentam o fenômeno da “era do camaleão”, uma vez que os jovens transitam livremente por diferentes grupos estilísticos, posicionando-se com ideologias políticas mais diluídas, muitas vezes misturando estilos diferentes apenas por motivos estéticos. Desta forma, se torna mais difícil agrandar um grupo, mesmo que este pareça homogêneo, quando da adoção de um uniforme padronizado.

Ao serem perguntados se frequentariam o colégio sem o uniforme se fosse permitido, 50% dos jovens disseram que sim, 30% disseram que “às vezes” e 20% que não. E os motivos que os levariam a tal decisão seriam quando o uniforme estivesse sujo, ou para vestir roupas mais confortáveis e práticas:

Em algumas ocasiões sim. Até por, às vezes tá sujo o uniforme, poder usar outro, mas acho que o uniforme, ele é válido porque, por causa, pra não ficar usando a mesma roupa sempre, o uniforme é mais prático de usar (Aluno, 17 anos, turma 36).

Sim. Porque, principalmente quando tá muito calor, as blusas são quentes, aí seria legal né, vir com uma regata, acho que de short, mais confortável. Não short micro também, mas confortável (Aluna, 18 anos, turma 36).

Questão de conforto, se pudesse. Quando eu posso eu uso uma bermuda que em tese tem que ser no joelho, mas aí a gente usa um pouco mais curta. É, chinelo quando não quero ficar com o pé apertado, porque a gente fica aqui de 7:30 h às 17:00 h de tênis, então eu venho de chinelo. Então, assim, quando eu posso sair do padrão do uniforme eu saio. Mais pra uma questão de conforto (Aluna, 18 anos, turma 36).

Uma observação feita no período de provas - quando os alunos vão ao Colégio apenas para realizar a prova sendo dispensados de outras atividades - exemplifica as falas: muitos mostram um “relaxamento” no uso do uniforme, utilizando elementos que provavelmente não seria permitido utilizar – short, padrões diversificado de calças e bermudas, chinelo, sandália.

Neste contexto, os jovens se valem de um momento primordial à vida acadêmica - a avaliação – como estratégia para “ousar”. Assim, podemos interpretar esse comportamento como um comportamento transgressor dos jovens que buscam testar limites, apropriando-se de elementos para a construção de si, sendo, segundo Melucci (2007), uma característica de sobrevivência da categoria.

Esse aspecto da condição juvenil faz a juventude ultrapassar os limites pela percepção de que algo está faltando, de que se necessita de algo mais, além do que é dado ou permitido, criando elementos para construção de um “presente e planejamento de um futuro: como responsabilidade para consigo mesmo e para com outros, como reconhecimento daquilo que fomos e do que podemos nos tornar” (MELUCCI, 2007, p. 37).

O preço elevado do uniforme também foi mencionado como motivo para o aluno não o utilizar frequentemente. No entanto, a justificativa de não-uso do uniforme pelo fato do mesmo ser considerado caro, inviabilizando a compra de muitas peças, deve ser relativizada, uma vez que não estaria ligado à contrariedade quanto ao uso do uniforme estabelecido, mas apenas ao número de peças disponíveis para uso:

Sim, facilidade porque o meu uniforme, por exemplo, eu tenho que lavar todo dia porque eu passo o dia inteiro aqui e ele suja. Então ele fica puído. E já é caro, sai R\$ 45,00 uma blusa pólo, então ficar usando essa mesma blusa todo dia assim é... pói ela. Então se eu pudesse usar uma outra roupa seria fácil. (Aluno, 17 anos, turma 36).

Os alunos que responderam que não frequentariam o colégio sem o uniforme apresentaram como motivos: a praticidade, a economia e a gratuidade no ônibus:

Imagina eu ter que ter uma blusa ou uma calça específica por dia pra eu vir pra cá. Entendeu? Eu já fico pensando na faculdade o que eu vou fazer da minha vida, porque realmente você tem que usar a roupa que você tem pra ir pra instituição. Com o uniforme não. Você tendo cinco blusas ou quatro, você indo lavando e, você vai usar porque todo mundo tá assim (Aluna, 17 anos, turma 36).

Por causa do Rio Card mesmo, senão teria que pagar passagem e eu pego dois ônibus pra ir e dois pra volta, aí eu morreria em um dinheiro (Aluno, 18 anos, turma 33).

Outra questão que merece atenção é a manifestação dos estilos juvenis de acordo com o gênero, uma vez que a fiscalização do uso do uniforme é distinta nesse aspecto.

Os meninos revelaram a dificuldade de manifestarem seus estilos através das bermudas, já que há maior controle no uso desta peça: “pode se ela [bermuda] for escura, preta ou azul marinho, então, muito padrão”. Assim, muitos meninos optam por usar apenas calça, mesmo considerando-a desconfortável: “pro calor de Seropédica usar calça jeans todo dia, às vezes é difícil”.

Já as meninas disseram poder manifestar seus estilos também fazendo uso de calças com lavagens, cores e materiais diversificados:

Eu uso calça jeans estampada. Eles não gostam quando tem uma bermuda que seja mais curta. Agora, calça, não. A não ser que seja rosa, muito chamativa, mas quando é jeans ou algumas variações eles aceitam. Às vezes eu uso calça de moletom também, que é mais confortável. Eles aceitam (Aluna, 18 anos, turma 36).

Estas respostas nos revelam um maior controle pelo colégio das bermudas, seja no modelo, materiais e cores apresentados pelos meninos, seja no comprimento apresentado pelas meninas. A calça, no entanto, conforme bem expõem os alunos, não é foco de tamanha fiscalização, sendo possível estar mais próxima do gosto de cada um, sem que haja exagero, como reforça um aluno: “mas se você adotar isso (...) é até possível sim. Não, nada extravagante”.

Ao serem questionados se utilizam o uniforme frequentemente fora do ambiente escolar, 85% dos alunos disseram não ver problema em utilizá-lo fora dos espaços do Colégio, considerando ser “normal”, “natural”; “indiferente”; ou ainda “gostar”, “ter orgulho”, por “demonstrar *status*”:

É bem indiferente, mas, assim, eu sinto que quando as pessoas me veem usando o uniforme (...), tipo assim, caramba estuda na..., porque vem escrito UFRRJ, a maioria das pessoas onde eu moro não conhecem o CTUR propriamente, mas quando vê UFRRJ, já associa à faculdade, então, pensa assim, nossa já tá estudando na faculdade, é federal (...), mas por mim eu acho comum, sabe, simples, porque é o uniforme que eu uso todo dia (Aluna, 17 anos, turma 36).

Eu gosto, (...). Eu lembro até que no meu primeiro ano eu sentia muito orgulho. Por ser um colégio que eu fiz prova. Por ser um colégio federal, eu tinha isso na minha cabeça, de ter orgulho, eu gostava muito de usar fora do colégio. Hoje em dia, não tenho vergonha nenhuma, mas também não tenho aquele orgulho tão grande que eu tinha antes. Pra mim é normal. Já é comum, mas não tenho vergonha, eu uso normalmente (Aluna, 18 anos, turma 36).

No primeiro ano, (...) eu ficava mais orgulhoso, sempre pensava assim, pô tô no CTUR, estudei um ano pra isso, fora estudando em casa antes. Agora não, eu vejo como normal, talvez quando eu passar pra faculdade, assim, questão de usar camisa de veterano ou até casaco. É eu passe a ter o mesmo pensamento, de pô eu me sinto orgulhoso, mas acho que com um tempo a gente acaba perdendo isso. De certa forma é um status também (Aluno, 17 anos, turma 36).

As categorias orgulho e *status* apresentadas pelos alunos foram destacadas por Lonza desde a implantação do uniforme escolar no Brasil, quando os alunos sentiam-se orgulhosos por *pertencer a determinados colégios, pois dava status: eram caros, tinham tradição, história e – não raro – um lastro grande de formandos ilustres* (LONZA, 2005, p. 23).

O CTUR é um Colégio Federal, com um ensino de ótima qualidade e com uma crescente relação candidato/vaga¹¹. Essa concorrência é, possivelmente, um fator agregador de mérito se o jovem consegue ingressar no colégio. Assim, o uniforme se apresenta como símbolo materializado desta conquista, motivo de orgulho tanto para o aluno quanto para sua família:

¹¹ Como exemplo, a relação candidato/ vaga para o Curso de Meio Ambiente Integrado nos últimos anos: 2013/2014 – 23,3; 2014/2015 – 31,67 e 2015/2016 – 35,36. Fonte: <http://www.ctur.ufrj.br/Concursos-Anteriores/concurso-anterior.html>.

Me sinto orgulhosa de usar o uniforme, de mostrar tipo pros outros onde eu estudo e que eu passei numa escola boa (Aluna, 18 anos, turma 36).

Se a grande maioria dos alunos disse usar o uniforme fora do ambiente escolar, outros disseram que não usariam o uniforme fora do colégio em certas situações, quando podem ser alvo de atitudes preconceituosas:

quando vai um grupo de alunos numa loja, a pessoa já te olha torto né? Já começa, nem atende direito, tipo, atende querendo que você já vá embora. É sempre assim (Aluna, 18 anos, turma 36).

Ou por se sentirem constrangidos a ter um comportamento mais responsável:

Quando tô de uniforme me sinto na responsabilidade de agir como aluno. E se eu tiver num ambiente mais de lazer não vou me sentir muito confortável estando brincando ou alguma coisa assim (Aluno, 17 anos, turma 36).

A responsabilidade expressa na fala deste aluno é confirmada por Lonza (2005): se a primeira função do uniforme escolar no Brasil foi a segurança do aluno, tornando a instituição responsável por ele, “a recíproca também era verdadeira: o aluno tinha que honrar as cores, o nome, a tradição e o símbolo da escola onde estivesse, mesmo na rua” (Lonza, 2005, p.22).

De todo modo, os locais que os alunos costumam frequentar usando o uniforme são locais de compromissos que demandam sair diretamente do Colégio como: consulta médica, cursos e festividades acadêmicas em casa de parentes e amigos; ou atividades de lazer, muitas vezes entre os colegas estudantes, como: passeio em shoppings, lanches e ida ao cinema (Figura 18).



Figura 18: Grupo de alunos em lanchonete usando o uniforme escolar.

Fonte: Acervo dos Pesquisados.

Os alunos reforçaram que, muitas vezes, se sentem constrangidos ao frequentarem shoppings com o uniforme escolar, pois entram em algumas lojas e não são logo atendidos pelos vendedores ou são observados por seguranças, principalmente em grandes lojas de departamentos.

3.3.2. Customização e incorporação de acessórios ao uniforme

Indo ao encontro da postura flexível do CTUR em relação ao uso do uniforme, 95% dos alunos afirmaram que o colégio permite a utilização de acessórios ou de elementos de que eles se apropriam como estilo. Assim, muitos deles disseram não deixar de usar acessórios¹² nas atividades do Colégio, como: brinco, cordão, pulseira e/ou anel (Figura 19); sapatilha colorida ou sandália; maquiagem; e touca ou chapéu (Figura 20).



Figura 19: Alunas em aula laboratorial – notório o uso de adereços: anel e cordão.
Fonte: Acervo dos Pesquisados.



Figura 20: Aluno uniformizado fazendo uso de adereço: boné.
Fonte: Acervo da Pesquisa.

Dentre os alunos que disseram não utilizar, eventualmente, algum acessório, alguns apontaram o anel, as roupas do dia a dia, o relógio e o casaco, apresentando como motivo questões de segurança e conforto:

só quando é aula de campo (...),a gente não pode. Até mesmo pra nossa segurança, na aula de campo a gente não pode ir com muitos acessórios, pra gente não machucar um colega, ou o animal que a gente vai mexer, né, enfim, não se machucar também (...),ou perder as coisas (...). Mas, pros professores eles só não gostam que a gente use anel quando tem aula de campo, agora o resto eles deixam (Aluna, 18 anos, turma 36).

Por exemplo, na aula de educação física eu tiro meu casaco. Eu tô sempre com meu casaco, mesmo que seja com ele amarrado na cintura, ou então segurando, mas pra aula de educação física, como eu vou me agitar, vou ficar com muito calor, eu tiro o casaco. Ou então um anel que eu posso perder eu tiro e guardo na minha mochila. Tem até algumas aulas que alguns alunos usam boné e os professores pedem pra eles tirarem o boné, mas é um caso assim difícil. A maioria dos professores não vê problema (Aluno, 18 anos, turma 36).

¹² Chamamos, aqui, acessório qualquer elemento, qualquer adereço, que possibilite a composição de estilo e que não seja exigência do uniforme escolar.

Apesar de muitos acessórios serem permitidos, a proibição do uso de sandálias e chinelos é bastante difundida entre os alunos: “Sim, é permitido [o uso de acessórios], sandália não”. No entanto, mesmo com a proibição estampada na porta de entrada do Prédio Principal do Colégio (Figuras 21 e 22), houve aluno que afirmou fazer uso destes elementos (Figuras 23 e 24).

Essa postura transgressora, quando o aluno burla as normas impostas, possibilita ao jovem a construção de si como único, tal como afirma Lonza (2005): “[o aluno] cria a sua própria identidade, um enfeite ou mesmo uma cor diferente de cabelo, modelos de sapatos, meias coloridas, qualquer detalhe serve pra criar a marca da individualidade” Lonza, 2005, p.227).



Figura 21: Cartaz exposto na porta do Prédio Principal referente à proibição do uso de sandálias.

Fonte: Acervo da Pesquisa



Figura 22: Cartaz exposto na porta do Prédio Principal referente à proibição do uso de sandálias.

Fonte: Acervo da Pesquisa



Figura 23: Aluna uniformizada fazendo uso de sandália.

Fonte: Acervo da Pesquisa.



Figura 24: Aluna ao centro uniformizada fazendo uso de chinelo.

Fonte: Acervo da Pesquisa.

No CTUR, outras marcas identitárias foram observadas em menor número, exibindo elementos expressivos de pertencimento a grupos específicos, tais como estilos diversificados do uso do cabelo: pinturas coloridas (Figura 25): azul, rosa, roxo, verde; coquinho em cabelos grandes, para os meninos; cortes diversos (Figura 26); tatuagens; unhas pintadas e batom em alunos do gênero masculino (Figura 27), pulseira, cordão e tornozeleira com características rastafári, rock (Figuras 28 e 29); faixas e turbantes (Figura 27 e 29).



Figura 25: Aluna com cabelos coloridos de rosa, roxo e azul.
Fonte: Acervo dos Pesquisados.



Figura 26: Aluna com corte diferenciado de cabelo – desenhado na nuca e comprido no topo da cabeça.
Fonte: Acervo dos Pesquisados.



Figura 27: Aluno uniformizado usando batom e turbante.
Fonte: Acervo dos Pesquisados.



Figura 28: Alunas usando pulseira de couro (rosa); cordão com pingente de âncora (símbolo de esperança, fidelidade); tornozeleira tribal; sandália, chinelo e tênis colorido.
Fonte: Acervo dos Pesquisados.

Embora tais características sejam largamente utilizadas como marcas expressivas da identidade juvenil, os alunos do CTUR buscam, muitas vezes, não descaracterizar demasiadamente o uniforme, mantendo, assim, a identidade com o Colégio:

Acho que tem que ter um limite pra tá usando esses objetos (...) acho que a gente pode colocar alguns acessórios, por cima do uniforme (...) um lenço ou um chapéu; que não estragam, não mudam demais o uniforme, não descaracteriza (Aluna, 18 anos, turma 36).

Eu acho que cria aquela identidade de aluno (Aluna, 18 anos, turma 36).

Apesar de Carmo (2001) testemunhar o surgimento, desde a década de 1980, de grupos de manifestação juvenil no Brasil, como rastafáris, *darks*, *rappers*, *metaleiros* – os quais persistem até os dias atuais – no CTUR não podemos afirmar que essas manifestações sejam muito presentes.

A característica de construção de identidade presente na juventude nos foi revelada também através da transformação notória de um aluno, o qual ao ingressar no CTUR não revelara sua orientação homoafetiva. No entanto, no último ano, se afirmou como tal, fazendo questão de se apresentar à pesquisa para ser fotografado (Figura 30).

Ainda com a intenção de investigar a busca de construção de identidade pelos alunos, perguntamos a eles sobre a existência ou não de uma relação entre o uniforme escolar e a moda: 65% dos alunos responderam que não haveria; e 35% que haveria relação.

Os que responderam negativamente apresentaram as seguintes justificativas: de um lado, a inovação presente na moda; e do outro, o padrão do uniforme e sua obrigatoriedade:

Não, eu não vejo o uniforme como algo relacionado à moda, eu vejo como algo que eu preciso usar, uma coisa obrigatória. Eu vejo, eu não sei explicar (Aluna, 17 anos, turma 36).



Figura 29: Alunos usando faixas de cabelo, piercing e cordão com pingente vinculado a grupos *hippies* simbolizando paz (Cruz de Nero).
Fonte: Acervo dos Pesquisados.



Figura 30: Aluno uniformizado com unhas pintadas de vermelho e camisa cortada (manga e gola).
Fonte: Acervo dos Pesquisados.

Não a moda, mas. Não, não tem como fazer essa relação, porque a moda está sempre se inovando e o uniforme do CTUR é adequado pra um uso geral. Pra que todos os jovens, as pessoas que estudam aqui, de externa, né, adultos, possam usar. Então o uniforme que é pra vestir todo mundo, então não é moda. (Aluna, 18 anos, turma 36).

Os que responderam positivamente apresentaram as seguintes justificativas: peças do gosto do aluno (calça jeans com lavagens diferentes, por exemplo); acréscimo de acessórios no uniforme; mudança do uniforme ao longo do tempo, acompanhando a moda:

Utilizava aquelas saias de prega, assim, pra escola. Então você pode ver que atualmente você nem vê mais. É muito difícil, têm só em alguns colégios de normalistas, que usam saia de prega, essas coisas assim. Então, eu acho que foi uma mudança assim que as escolas, e não só o CTUR, mas as escolas em geral acompanharam. Porque até a comodidade do aluno pede isso né. Às vezes, assim, tem um uniforme que todo mundo vai começar a alterar. Porque já não atende mais a um certo padrão de moda, vamos dizer assim. Então, os alunos já começam a mudar, a instituição já começa a mudar também. Então tem uma certa relação sim, tanto é que a gente já perdeu muitos costumes de uniforme. Tinha aqueles uniformes todo de botão, que a minha avó usava, a gente não vê mais isso. É tudo pela comodidade do aluno. As pessoas, os jovens na vida deles, eles não usam mais blusa de botão, então, não vão usar na escola. Então, vamos dizer assim que é uma adequação do uniforme á moda também, tudo meio misturado (Aluna, 17 anos, turma 36).

Apesar de Lonza afirmar que houve uma tentativa de aproximação entre uniforme e moda desde os anos 50, na década de 1980 os jovens reclamavam dos uniformes, surgindo o “hábito de, no último dia de aula, vingar-se da obrigação e arrasar o uniforme. Primeiro, todos os colegas davam autógrafos nas camisas, depois rasgava-se a roupa um do outro. Era a comemoração do final de ano e do uso diário do uniforme” (LONZA, 2005, p.197).

Podemos sustentar que o hábito de rasgar o uniforme, como mencionado pelo autor, não atingiu a totalidade de alunos e escolas, visto que durante muitas décadas, e até hoje, tem-se como tradição o ato de colher assinaturas e mensagens de colegas na camiseta, o que se distancia da ideia de “vingança”, aproximando-se mais de uma recordação da turma. Hoje é habitual também a escolha de uma camiseta diferente da tradicional do uniforme para identificar cada turma de formandos, muitas delas trazendo a relação de nomes dos alunos e um *slogan* representativo para o grupo, provavelmente com o mesmo intuito de recordação.

No CTUR, atualmente, observamos este procedimento, que teve permissão da Direção, apenas com a exigência da exibição do logo do Colégio, elemento caracterizador da uniformidade.

Concluimos, portanto, que esta “abertura” da Direção do CTUR possibilita a construção de uma identidade juvenil, por meio do pertencimento dos jovens a uma turma.

Como exemplo, vemos na Figura 31 a camiseta elaborada pela turma formanda de Meio Ambiente, de cor verde, diferente da originalmente adotada pelo Colégio: a estampa da camiseta exibe um código de barras redesenhado com copas de árvores com o dizer “Meu novo código de conduta”, reafirmando a identidade do profissional que está sendo formado. Na manga esquerda observamos em destaque o emblema do colégio, exigência da direção.

As imagens dos alunos com essas camisetas nos revelam um conjunto de elementos que não fazem parte do uniforme e que não são permitidos no dia a dia da escola: calça *legging*, jeans claro, desbotado e rasgado e calça marrom (Figura 32).

Observamos que, apesar de a liberação se referir apenas à camiseta, os alunos não perderam a oportunidade de transgredir as normas fazendo uso desses outros elementos.

O que nos leva a concluir que, ainda nesses últimos momentos de conclusão do curso, buscam afirmar e deixar sua marca enquanto jovens através de símbolos atribuídos a eles: artefatos e costumes relacionados ao corpo, à indumentária e ao comportamento Margulis e Urreti (1996). Nesse sentido, as roupas funcionam “como linguagens temporárias e provisórias com as quais o indivíduo se identifica e manda sinais de reconhecimento para o outro” (MELLUCI, 1997, p.9).

Como lembra Lipovetsky (1989), a moda se torna significativa à medida que permeia contextos históricos, políticos, tecnológicos e sociológicos responsáveis pela construção da identidade do jovem, envolvendo valores humanos essenciais, como liberdade, autonomia e emancipação.

Com o intuito de analisar mais profundamente a relação que o aluno tem com o uniforme, em um contexto de elaboração de identidade, buscamos saber como ele se apropria e como usa o principal elemento constituinte do uniforme: a camisa.

Os servidores, ao perceberem manifestações de insatisfação dos alunos quanto ao uniforme, destacaram como justificativas: a gola e a manga apertadas e o preço do uniforme:



Figura 31: Alunas do 3º ano exibindo as camisetas de formandos elaboradas pela e para turma de Meio Ambiente.

Fonte: Acervo dos Pesquisados.



Figura 32: Alunos da turma 36 em fotografia informal de formandos, exibindo a camiseta elaborada pela turma.

Fonte: Acervo dos Pesquisados.

“A gola é apertada, aperta meu pescoço. A manga da camisa tá ruim, aperta meu braço”. (...) eles cortam o uniforme. Quando você vê, a gola da camisa tá cortada cá embaixo, mostrando o seio né. A gente vai lá conversa. Justificam assim, “aquela gola aperta meu pescoço”, mas aí você cortou muito né, demais (Inspetor de Alunos).

Eles já reclamaram do preço, né. E quando eles foram ao serviço de orientação que eu estava atendendo (...) e reclamaram, eu levei o caso pra direção. Informei à direção que eles estavam reclamando do preço. Que o professor (...) quem trata diretamente disso, me disse que já é um fornecedor antigo, que a malha é muito boa. Então, nós tínhamos que arranjar alguém com uma malha um pouco inferior, pelo menos pra eles terem opção (Chefe DAP).

Apesar das manifestações de insatisfação, grande parte dos servidores disseram não ver necessidade de alteração do uniforme pelo fato de que sempre haverá descontentamento (com o que é norma):

ocorrer [alteração] deveria, só que é só um ano que vale a mudança, depois quem vem depois da mudança já não gosta, já quer outra coisa. Então, o ser humano é sempre descontente com alguma coisa que é norma, que é lei, né (Inspetor de Alunos).

A servidora que reconheceu a necessidade de alteração do uniforme disse ser conveniente um diálogo com os alunos sobre as mudanças do uniforme:

precisa se conversar com eles [alunos] sobre essas pequenas alterações que eles fazem. Se não seria melhor fazer um novo desenho, porque, de repente pode ser que a gola do uniforme de rotina esteja muito alta, esteja incomodando, isso eu suponho, não sei. Que sempre é necessário rever é. Considerar, chamar um grupo de alunos que eles mesmos designem, né, que o coletivo designe pra tratar disso (Chefe da DAP).

De fato, os alunos fazem mudanças no uniforme: no corte da gola (Figuras 33 e 34), no corte da manga (Figura 34), embora muitos tenham afirmado nunca ter alterado o uniforme:

Não, nunca fiz não. Mas tem gente que já fez bastante coisa. A maioria das pessoas cortam a gola da camisa com manga. Algumas pessoas também já fizeram, estamparam a camisa com um desenho ou coisa assim, em atividade que tiveram no colégio mesmo, aí como não trouxeram blusa de fora, fizeram no uniforme mesmo. Mas assim, aí continuou usando. Mas tem de todo tipo, gente que corta a manga da blusa, a gola, gente que corta aqui embaixo pra poder amarrar a camisa. Na verdade o certo seria não usar mais, porque o uniforme seria aquele estilo normal, até mesmo pra entrar no ônibus, mas, no CTUR né, o CTUR é grande, o colégio não dá pra controlar, o pessoal acaba usando (Aluna, 17 anos, turma 36).



Figura 33: Aluna que retirou a gola careca, decotando a camiseta. Usa bermuda nos joelhos, conforme a norma, porém rasgada.

Fonte: Acervo da Pesquisa.



Figura 34: Aluna da direita exibindo uniforme com gola e mangas cortadas.

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Diante da customização, com a retirada da gola e da manga, procuramos observar os materiais utilizados para a confecção da camisa do uniforme. A malha é de boa qualidade e conforto – camisas *T-shirt* e regata são confeccionadas em malha, mistura entre poliéster¹³/viscose¹⁴ (PV); e camisa pólo confeccionada em malha *piquet*, mistura entre poliéster e algodão¹⁵. O material da gola careca da camisa *T-shirt* e da *pólo* é composto apenas por poliéster, o que não lhe confere um toque agradável, possuindo, ainda, baixa absorção da umidade, apresentando-se desconfortável, principalmente por estar em contato direto com uma área bastante sensível do corpo humano, o pescoço.

Apesar da composição da gola da camisa pólo ser a mesma da *T-shirt*, não encontramos aluno que tivesse retirado a gola daquela, pelo fato de ser aberta, o que proporciona maior conforto, já que não fica em contato próximo à região do pescoço. A gola da camisa regata, a qual geralmente não sofre alteração, é confeccionada com a própria malha PV.

Mas os alunos também customizam o uniforme devido ao seu custo. Muitos alunos disseram adquirir um kit de uniforme apenas no primeiro ano letivo, comprando peças avulsas apenas quando há muita necessidade. Disseram, ainda, que uma camisa adquirida quando

¹³ É uma fibra sintética, a mais barata das têxteis, que pode ser utilizada pura ou em misturas com outras fibras. Possui alta resistência e baixa absorção à umidade (KUASNE, 2008).

¹⁴ É uma fibra artificial geralmente misturada a fibras mais resistentes. Possui baixa resistência enquanto úmida e elevado grau de absorção (KUASNE, 2008).

¹⁵ Principal fibra têxtil natural utilizada. Possui alta absorção, baixa resiliência (KUASNE, 2008).

ingressam no CTUR vai ficando pequena e apertada ao longo dos anos, já que não acompanha o crescimento deles. Assim, para evitar mais despesas, cortam a manga e a gola para proporcionar mais conforto:

Cortei a manga da blusa. Porque é, calor, a blusa me deixava com mais calor e também porque já tava apertada, porque eu tô no terceiro ano e comprei a blusa no primeiro. Tava apertadinha (Aluna, 18 anos, turma 36).

Apesar de não permitir a retirada das mangas e das golas, o CTUR busca apoiar os alunos em atividades educativas, consentindo até mesmo que a camisa seja customizada, conforme ocorreu no evento “Feira Grátis da Gratidão” organizado pelo Levante Popular da Juventude do CTUR (Figura 35).

Junto à feira foram desenvolvidas atividades e oficinas para promover a interação dos estudantes, como música, malabares e *stencil*. Nesta última, através da transposição de um desenho recortado em uma chapa de Raios-X (Figura 36), os alunos customizavam as camisetas dos uniformes (Figuras 37 e 38) com auxílio de uma tinta *spray* ou rolinho com tinta para tecido.



Figura 35: Faixa de entrada da Feira Grátis da Gratidão no CTUR.

Fonte: Acervo dos Pesquisados.



Figura 36: Oficina de *stencil* desenvolvida na Feira Grátis da Gratidão.

Fonte: Acervo dos Pesquisados.



Figura 37: Alunas exibindo o resultado da customização de suas camisetas na oficina de *stencil* da Feira Grátis da Gratidão

Fonte: Acervo da Pesquisa.

A “abertura” do CTUR para ações como esta, permitindo a customização do uniforme, nos leva a perceber que se trata de uma tentativa do Colégio em se aproximar das necessidades atuais de seus alunos, considerando, portanto, a sua condição juvenil, em um contexto de tensões e desafios que as instituições escolares vêm enfrentando nos últimos tempos.

Para tanto, é necessário entender e assumir a existência de juventudes (no plural) para além das definições em termos de idade, prevalecendo uma significação mais imaginária, onde a plenitude como o oposto de vazio, possibilidades amplas, saturação de presença marcam este estado de ser jovem, conforme sustenta Melluci (2007).

ADORNO FINAL

A presente pesquisa teve por objetivo, em um estudo de caso, analisar o uso do uniforme escolar pelos alunos do 3º ano dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio de Agroecologia e Meio Ambiente do CTUR identificando seus valores de uso e simbólico.

Identificando as concepções estudantis sobre a função do uniforme escolar, observamos que os estudantes, além de se mostrarem bastantes conhecedores das funções primárias atribuídas ao uniforme escolar, compartilham das discussões presentes nas redes sociais e sites especializados em educação, ao apontarem as vantagens – pontos positivos – e desvantagens – pontos negativos – no uso do uniforme.

Assim, atribuíram ao uniforme as funções de segurança, identificação, disciplina, e não diferenciação das classes sociais. Como pontos positivos do uso do uniforme apontaram a economia e a praticidade; e como pontos negativos o pouco destaque à individualidade e a possibilidade de estereotipar o aluno.

Ainda que tenham orgulho do uniforme, e, através dele, se identifiquem com o colégio, podemos dizer que os alunos se afirmam burlando as normas para construir (e afirmar) suas próprias identidades. No entanto, nossas análises foram para além da normatização que permeia a relação da escola com o aluno, presumida diretriz de educação e de formação. Essa relação foi figurada pela dialética da diferenciação e da aproximação, já que percebemos as relações aluno-escola-direção mediada por uma negociação estabelecida para além das normas instituídas. Assim, apesar de legitimamente existirem as normas instituídas, há um “código imaginário”, o qual vai além da legislação, além do que por lei é estabelecido. Nessa relação, o uniforme aparece como o suporte da identidade do aluno enquanto elemento singular, único.

Percebemos, assim, através da pesquisa, o uniforme como mídia. Não mídia enquanto veículo de comunicação, mas mídia como algo capaz de transformar os padrões humanos de associação, a relação dos sentidos e quaisquer outras. Desta forma, ao analisarmos como o aluno se apropria e usa o uniforme escolar no CTUR, percebemos que o uniforme expressa funções simbólicas, educativas, estéticas e identitárias, sendo capaz de ainda de desvendar questões relativas à transformação que ele provoca, neste caso uma customização¹⁶ da escola, para além da customização de uma roupa, individual.

Com essa customização podemos observar uma diminuição do poder disciplinar na escola e um apoderamento do aluno, onde as relações deste com a escola são tão próximas a ponto de interferir na condução das normas instituídas. Desta forma, observamos não uma relação passiva, nem ações puramente de transgressão ou resistência por parte do aluno, mas a conformação de uma relação onde o aluno é tido como um indivíduo interagente, capaz de construir sua trajetória junto à instituição.

Nesta vertente, constatamos que uniforme suporta uma mensagem, um simbolismo atrelado a um corpo. Transborda as relações interpessoais e o contexto social vigente, podendo ser mensurado como a metonímia da negociação do ser (aluno) e do outro (escola). Assim, o uniforme tem uma relação de causa e efeito, quando o concebemos como algo capaz de interferir e modificar os sentidos das redes de relações entre o aluno e a escola.

¹⁶ Customizar é um americanismo com origem etimológica no inglês (*to*) *customize* que significa “adaptar, personalizar, um produto (roupa, acessório, etc.) ao gosto do cliente” (FERREIRA, 2010, p. 215), mais amplamente, significa mudar algo a fim de atender às necessidades ou exigências de individuais.

No intermédio dessas relações, as práticas de alteração do uniforme se manifestaram tanto por razões pragmáticas quanto por razões estéticas.

Assim, quando cortam da camisa a gola e a manga “*que incomoda, apertada*”; quando vestem bermudas um pouco mais curtas “*que em tese tem que ser no joelho*”; quando usam chinelo e sandálias: “[venho] *quando não quero ficar com o pé apertado*”, os alunos lançam mão da justificativa do conforto.

Mas observamos, também, que marcas identitárias ficaram muito ligadas à moda: calças, bermudas, calçados da moda, “*do gosto do aluno*”, possibilidade aberta pela precária fiscalização do colégio, embora o uniforme esteja padronizado e regulamentado.

Assim, as calças jeans com lavagens diversificadas, estampadas; as calças de moletom; as bermudas de diversos comprimentos e modelos; os sapatos, as sapatilhas, e os tênis dos mais variados modelos e cores, “falam” por si mesmos, sem que os jovens tenham de pronunciar uma única palavra, por partilharem de um universo cultural juvenil.

Também estão incluídas nas marcas identitárias os acessórios: bonés, chapéus, brincos, pulseiras, cordão e casacos; e outros elementos relacionados a grupos específicos: cordão com pingente utilizado pelo movimento *hippie*, simbolizando paz; pulseira de couro, alusão ao estilo *rock*; pulseira e tornozeleira com as cores do rastafári; *piercing*; faixas e turbantes, utilizados pelos movimentos de consciência negra; unhas e boca pintadas por aluno do gênero masculino, indicando sua condição homoafetiva.

O resultado final da análise indica que o uniforme escolar – e os elementos a ele acoplados – constituem algo além de um meio de comunicação específico entre os jovens estudantes do CTUR, sendo analisado/percebido como algo maior, capaz de interferir e modificar os sentidos das redes de relações entre o aluno e a escola.

Enquanto pesquisadora, reconheço ter sido de grande valia a constatação de que os alunos do CTUR, em plena produção de subjetividades, se identificam com o Colégio e, tal como a pesquisadora, têm orgulho de estudar nessa instituição que, apesar de não ser uma das mais conhecidas nacionalmente, tem, além da beleza, um ensino de qualidade elevada.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: Peralva, A. T. & Sposito, M. P. (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação.** Mai/Jun/Jul/Ago 1997, Nº 5 e Set/Out/Nov/Dez 1997, Nº6. 272p. P. 25 a 36.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, Lda, 2002.
- BARNARD, Malcolm. **Moda e comunicação.** Rio de Janeiro, Rocco, 2003.
- BARTHES, Roland. **Sistema da Moda.** Tradução Maria de Santa Cruz. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Sobre educação e juventude: conversas com Riccardo Mazzeo.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BENEVENUTO, M. A. D. R.. **Aparência e estilo como elementos de análise da expressão de juventude do Assentamento rural de Casas Altas-RJ.** 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
- BRANDES, Aline Zandonadi & SOUZA, Patricia de Mello. **Corpo e Moda pela Perspectiva do Contemporâneo.** Projética Revista Científica de Design Londrina 1 V.3 1 N.1 1 Julho 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/projetica/article/downloadSuppFile/12270/1992>. Acessado em 21 de março de 2015.
- BRASIL. **Lei 11.892.** 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acessado em: 20/08/2014.
- BRASIL. **Lei nº 11892.** 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acessado em: 20/08/2014.
- BRASIL. **Decreto nº 6095.** 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acessado em: 20/08/2014.
- BRASIL. **Decreto nº 5154.** 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acessado em: 20/08/2014.
- BRASIL. **Lei 8.907.** 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8906.htm. Acessado em: 20/01/2015.
- BRASIL. **Decreto-lei 5.408.** 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De15125.htm. Acessado em 20/08/2014.
- BRASIL ESCOLA. **Uniforme Escolar.** Disponível no site <http://www.brasilecola.com/volta-as-aulas/uniforme-escolar.htm>. Acessado em 21 de março de 2015.
- CARMO, Paulo Sérgio. **Culturas da rebeldia: a juventude em questão.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

CASTILHO, Kathia. Inter-relações da mídia, do design do corpo e do design da moda. In: GARCIA, Wilton (org.). **Corpo e subjetividade: estudos contemporâneos**. São Paulo, Factash Editora, 2006.

CASTILHO, Kathia & MARTINS, Marcelo. **Discursos da Moda Semiótica Design e Corpo**. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2005.

CATANI, Afrânio Mendes e GILIOLI, Renato de Souza Porto. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. 1ª Edição São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COIMBRA, Cecília Maria B. **As funções da instituição escolar: análise e reflexões**. *Jornal Psicologia, Ciência e Profissão*. [online]. 1989, vol.9, n.3, pp. 14-16. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v9n3/06.pdf>. Acessado em 21 de março de 2015.

COSTA, Regiane de Souza. **Configuração da educação física no CTUR – entrelaçamentos cotidianos e possibilidades pedagógicas**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2010.

COSTA, Antonio Galdino da & PIRES, Giovani De Lorenzi. **Moda/indumentária em culturas juvenis: símbolos de comunicação e formação de identidades corporais provisórias em jovens do ensino médio**. *Revista Conexões*, v. 5, n.1, 2007. P 51-66. Disponível em: <http://fefnet178.fef.unicamp.br/ojs/index.php/fef/article/viewFile/39/24>. Acessado em 21 de março de 2015.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

CTUR. **Concursos Anteriores**. Disponível em: <http://www.ctur.ufrrj.br/Concursos-Anteriores/concurso-anterior.html>. Acessado em: 12/06/2015.

DALLAGO, Cleonilda S. T.. **Relações de trabalho e modo de produção capitalista**. Sem. de Saúde do Trabalhador de Franca Sep., 2010. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/sst/n7/a01.pdf>. Acessado: 10/12/2015.

DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 28, nº 100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <http://cedes.unicamp.br>. Acessado em 11 de maio de 2014.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

ECO, Umberto. **Psicologia do vestir**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1989.

ESTEVEZ, L. C. & ABRAMOVAY, M.. **Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007. 342p. p. 19-54.

FARIAS, Rita de Cássia Pereira. **Uniforme e trabalho na cidade do aço: discursos, práticas e significados simbólicos**. Viçosa, MG: Editora UFV, 2012.

FEIXA, Carles. **De jóvenes, bandas y tribus**. Barcelona: Ariel. 3ª edição ampliada, 2006. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=m2UBGB7CG6UC&printsec=frontcover&dq=De+j%C3%B3venes,+bandas+y+tribus&hl=pt-BR&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=De%20j%C3%B3venes%2C%20bandas%20y%20tribus&f=false. Acesso em: 13 de março de 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8ª edição. Curitiba: Positivo, 2010.

FLÜGEL, John Carl. **A Psicologia das roupas**. Tradução de Antônio Ennes Cardoso. São Paulo: Mestre Jou, 1966.

FNDE. Uniformes Escolares apresentadas pelo FNDE. Disponível em:

<http://www.fnde.gov.br/portaldecompras/index.php/produtos/uniformes-escolares>. Acessado em: 13/05/2015.

FOUCAULT, M.. **A História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1989.

FUNDAÇÃO EVANGÉLICA. Disponível em <http://educacaobasica.ienh.com.br/br/ienh-sinonimo-de-tradicao-inovacao-e-pioneirismo>. Acessado em 03/04/2014.

GORE, Jennifer N. Foucault e educação: Fascinantes desafios. In: Silva, Tomaz Tadeu da (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. 8ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GUIMARÃES, A. M.. **Vigilância, Punição e Depredação Escolar**. Campinas: Papirus, 2003.

KEHL, M. R.A Juventude Como Sintoma de Cultura.In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

KUASNE, Angela. **Curso Têxtil em Malharia e Confecção 2º Módulo Fibras Têxteis**. CEFET/SC. Araranguá, 2008. Disponível em: https://wiki.ifsc.edu.br/mediawiki/images/8/88/Apostila_fibras.pdf. Acessado em 13 de março de 2015.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIPOVETSKY, G. **O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. 2 Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LONZA, Furio. **História do Uniforme escolar no Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

MARGULIS, M. & URRESTI, M. Moda e Juventud. In: MARGULIS, Mario (Ed): **La juventud es más que una palabra. Ensayos sobre cultura y juventud**, (2ª.edición Buenos Aires 2000). Buenos Aires: Editorial BIBLOS. 1996.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução Décio Pignatari. 20ª edição. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.

MELLUCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: Peralva, A. T. & Sposito, M. P. (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, Mai/Jun/ Jul/Ago 1997, N° 5-Set/Out/Nov/Dez 1997, N°6. 272p. P. 5 a 14.

MENDONÇA, Miriam da Costa Manso Moreira. **O reflexo no espelho: o vestuário e a moda como linguagem artística e simbólica**. Goiânia: Editora UFG, 2006.

MENEZES, Ligia. **Roupa ou uniforme: vantagens e desvantagens**. 2015. Educar para Crescer. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/uniforme-635532.shtml>. Acessado em 21 de março de 2015.

MINAYO, M. C. S. et al. **Fala Galera: juventude, violência e cidadania**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 1999.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Regimento Interno: CTUR/UFRRJ**, Seropédica, 2013. Disponível em: <http://www.ctur.ufrrj.br/Documentos/Documentos-2013/Regimento-Interno-15.01.2013.pdf>. Acessado em: 21/08/2014.

OLIVEIRA, A. C. de. Visualidade processual da aparência. In: OLIVEIRA, A. C. de & CASTILHO, K. (Orgs.). **Corpo e moda: por uma compreensão do contemporâneo**. São Paulo: Estação das letras e cores, 2008. P 93-104.

PALOMINO; Erika; **A Moda**; São Paulo; SP; Publifolha; 2002.

PAMPLONA, Ronaldo Mendes. **Nossa História**. 2010. Disponível em: <http://www.ctur.ufrrj.br/NossaHistoria/Nossa-Historia.html>. Acessado em: 20/08/2014.

RIBEIRO, Ivanir & SILVA, Vera Lucia Gaspar da. **Das materialidades da escola: o uniforme escolar**. *Educ. Pesqui.*[online]. 2012, vol.38, n.3, pp. 575-588. ISSN 1517-9702. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n3/03.pdf>. Acessado em 21 de março de 2015.

SACRISTÁN, J. Gimeno&GOMÉZ, A. I. Peréz . As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SCHEMES, Claudia. ARAUJO, Denise Castilhos de. THÖN, Ida Helena. **Nem tão distantes: relações entre o uniforme escolar e a moda europeia – um estudo de caso**. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais Julho – Dezembro de 2013 Vol. 10. Ano X nº 2 ISSN: 1807-6971 Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso em 21 de março de 2015.

SILVA, Katiene Nogueira da. **Criança calçada, criança sadia!: Sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública(1950/1970)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29062007-152705/pt-br.php> Acessado em 03/04/2014.

SOARES, Leonardo Barros & MIRANDA, Luciana Lobo. **Produzir subjetividades: o que isso significa?** Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia - v. 9, n. 2 (2009): 2º quadrimestre de 2009. Disponível em <http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/html/v9n2a10.html>. Acessado em 10/04/2016.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: Uma teoria da comunicação linear e em rede**. Editora Vozes: Petrópolis, 2002.

UNESCO. **Políticas de/para/com Juventudes**. Brasília, 2004.

UFRRJ. **Manual do aluno**. CTUR/UFRRJ, 2013. Disponível em: <http://www.ctur.ufrrj.br/Documentos/Documentos-2014/Manual-do-aluno-CTUR-2014.pdf>. Acessado em: 20/08/2014.

ANEXOS

- A – Roteiro de entrevista destinado aos alunos do CTUR
- B – Roteiro de entrevista destinado aos servidores do CTUR
- C – Informações sobre a pesquisa
- D – Termo de consentimento livre e esclarecido aos menores de idade
- E – Termo de consentimento livre e esclarecido aos maiores de idade

Anexo A – Roteiro de entrevista destinado aos alunos do CTUR

Roteiro de entrevista destinado aos alunos do CTUR

1. Turma:
2. Idade:
3. Sexo: () Feminino () Masculino
4. Município de moradia:
5. Por quais motivos você acredita que o CTUR exige o uso do uniforme escolar?
6. Você conhece toda a composição do uniforme adotado pelo CTUR? () Sim () Não. Em caso afirmativo, qual a composição conhecida? Como e quando ela ficou clara para você?
7. Considera o uniforme adotado pelo CTUR próprio para o uso do jovem? () Sim () Não. Por quê?
8. Se lhe fosse dado opção, você frequentaria o Colégio sem o uniforme? () Sim () Não. Por quê?
9. No CTUR é permitido usar acessórios de moda, como por exemplo, brincos, pulseiras, batom, chapéus, sandálias, etc? () Sim () Não. Em caso afirmativo, quais?
10. Você faz uso de acessórios de moda no CTUR? () Sim () Não. Em caso afirmativo, quais?
11. Você deixa de utilizar algum elemento que compõe seu estilo (como piercings, batons, brincos, lenços) durante as atividades do seu colégio? () Sim () Não. Em caso afirmativo, quais? Por quê?
12. Você já fez alguma alteração em seu uniforme? () Sim () Não. Em caso afirmativo, quais? Por quê? Em caso negativo, Você modificaria o uniforme do CTUR?
13. Você considera necessário o uso de uniformes distintos para as diferentes aulas práticas e teóricas ofertadas pelo CTUR? () Sim () Não. Em caso afirmativo, em quais? Por quê?
14. Você consegue fazer alguma relação entre o uniforme escolar e a moda? () Sim () Não. Se positivo, como?
15. Enumere de acordo com sua ordem de prioridade os pontos considerados por você como positivos ao uso do uniforme:
() praticidade () minimiza a vaidade no espaço escolar () econômico () diminui risco de bullying () impõe disciplina () equilibra as diferenças sociais () inibe o consumismo () confere responsabilidade
() outros _____
16. Enumere de acordo com sua ordem de prioridade os pontos considerados por você como negativos ao uso do uniforme:
() tira a individualidade () dificulta a formação de grupos () padroniza a diferença
() dificulta a busca da identidade
() outros _____
17. Você tem problema em utilizar o uniforme do Colégio fora dos espaços deste? Como você se sente ao fazer isso (por exemplo: gosto, não gosto, sinto vergonha, me sinto orgulhoso)? Por quê?
18. Caso tenha o hábito de utilizar o uniforme fora do Colégio, quais espaços costuma frequentar fazendo uso dele?

Anexo B - Roteiro de entrevista destinado aos servidores do CTUR

Roteiro de entrevista destinado aos servidores do CTUR

1. Cargo:
2. Para o senhor, qual é a finalidade do uniforme escolar?
3. Acredita que a finalidade do uniforme tem sido alcançada? () Sim () Não. Por quê?
4. Qual o uniforme escolar adotado pelo CTUR?
5. Considera o uniforme adotado pelo CTUR próprio para o uso do jovem? () Sim () Não. Por quê?
6. Considera que o uniforme adotado precisa sofrer algum tipo de alteração? () Sim () Não. Em caso afirmativo, quais?
7. O senhor já notou algum jovem que fez uma adaptação no uniforme escolar? () Sim () Não. Em caso afirmativo, por quais motivos você acredita que os alunos alteram seus uniformes?
8. Chegam ao seu conhecimento insatisfações quanto ao tipo e ao modelo de uniforme escolar adotado pelo CTUR? () Sim () Não. Se positivo, quais?
9. Há alguma punição para o aluno que faz adaptações no uniforme adotado? () Sim () Não. Em caso afirmativo, qual?

Anexo C - Informações sobre a pesquisa

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

“USOS DO UNIFORME ESCOLAR POR JOVENS DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (CTUR)” DESENVOLVIDA PELA MESTRANDA LUANDA DOS SANTOS ALVES

O “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” que lhe foi encaminhado está vinculado à pesquisa intitulada “Usos do uniforme escolar por jovens do Ensino Médio do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR)”. Tal pesquisa é parte da dissertação de mestrado da orientanda Luanda dos Santos Alves, a qual você poderá contatar a qualquer momento através dos dados que constam no Termo.

A pesquisa será realizada no Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR) com alunos que cursam as terceiras séries do ensino médio profissionalizante dos Cursos Técnicos Integrados em Agroecologia e Meio Ambiente no ano letivo de 2015, e, ainda com o diretor, a coordenadora pedagógica e o inspetor de alunos.

Seu principal objetivo é analisar o uso do uniforme escolar pelos alunos, identificando seus valores de uso e simbólico.

A coleta dos dados será feita nas dependências do colégio através de observações, entrevistas e fotografias, assim como registros fotográficos realizados pelos próprios alunos utilizando o uniforme em outros ambientes que não o escolar.

Participarão apenas alunos que expressarem vontade própria e que entreguem à pesquisadora o Termo, em anexo, assinado pelo responsável legal, de acordo com a orientação da Comissão de Ética em Pesquisa da UFRRJ ao processo 23083.002680/2014-32. Que reunida em 03/09/2014, estabeleceu que o Termo fosse assinado pelo pai ou responsável no caso de o aluno ser menor de 18 anos.

Informe, ainda, que a participação será gratuita, sem recebimento de qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o objetivo da pesquisa. O uso das imagens tem propósito estritamente acadêmico.

Anexo D - Termo de consentimento livre e esclarecido aos menores de idade

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, brasileiro(a), portador (a) do RG _____, responsável legal pelo menor _____, portador (a) do RG _____, **autorizo** a gravação em fotografia da imagem e gravação em áudio dos depoimentos do (a) menor supracitado (a), para a pesquisa de campo intitulada **Usos do uniforme escolar por jovens do Ensino Médio do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**, desenvolvida através do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola do Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Declaro estar ciente de que a pesquisa é orientada pelas professoras Suemy Yukizaki e Monica Aparecida Del Rio Benevenuto e desenvolvida pela orientanda Luanda dos Santos Alves, a quem poderei consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone 971444860 ou do email luarural@gmail.com.

Afirmo que o menor supracitado aceitou participar por vontade própria, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o objetivo da pesquisa.

Fui informado de que as imagens e os depoimentos serão usados para fins estritamente acadêmicos, e que as informações fornecidas pelo menor estarão submetidas às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão de Ética em Pesquisa da UFRRJ.

Estou ciente de que, caso tenha dúvida ou me sinta prejudicado, poderei contatar a pesquisadora responsável, ou ainda o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade situado no campus de Seropédica, telefone (21) 26821210.

Fui informado, ainda, de que o menor poderá se retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem quaisquer prejuízos, sanções ou constrangimentos.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do (a) responsável pelo menor supracitado: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Anexo E - Termo de consentimento livre e esclarecido aos maiores de idade

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, brasileiro(a), portador (a) do RG _____, **autorizo** a gravação em fotografia da imagem e gravação em áudio de meus depoimentos para a pesquisa de campo intitulada **Usos do uniforme escolar por jovens do Ensino Médio do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**, desenvolvida através do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola do Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Declaro estar ciente de que a pesquisa é orientada pelas professoras Suemy Yukizaki e Monica Aparecida Del Rio Benevenuto e desenvolvida pela orientanda Luanda dos Santos Alves, a quem poderei consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone 971444860 ou do email luarural@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por vontade própria, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o objetivo da pesquisa.

Fui informado de que as imagens e os depoimentos serão usados para fins estritamente acadêmicos, e que as informações por mim fornecidas estarão submetidas às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão de Ética em Pesquisa da UFRRJ.

Estou ciente de que, caso tenha dúvida ou me sinta prejudicado, poderei contatar a pesquisadora responsável, ou ainda o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade situado no campus de Seropédica, telefone (21) 26821210.

Fui informado, ainda, de que poderei me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem quaisquer prejuízos, sanções ou constrangimentos.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do pesquisado: _____

Assinatura da pesquisadora: _____